

13 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO Declarações de renda de juízes serão investigadas

Procuradoria requer que TJ paulista apure se magistrados usaram esquema de fraudes no IR

Fausto Macedo

A Procuradoria da República requereu investigação sobre suposto esquema de fraudes em declarações de Imposto de Renda (IR) do qual juízes teriam se utilizado. No curso da Operação Publicano, a Polícia Federal identificou um servidor do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), há 29 anos na corte, que seria elo com o auditor do Fisco Vitor Aurélio Szwarcztush, apontado como líder de uma quadrilha que teria causado prejuízo estimado em R\$ 100 milhões.

O auditor trabalhava em função estratégica: a malha fina da Pessoa Física na Delegacia de Fiscalização de São Paulo (Defis/SP). A Procuradoria sustenta que Szwarcztush era responsável por acessar os sistemas internos da Receita para liberar os “clientes” da quadrilha retidos no pente fino, “mediante a cobrança de vantagem indevida de natureza econômica”.

Em denúncia à Justiça Federal, a Procuradoria acusa o auditor e mais 13 suspeitos – familiares de Szwarcztush e 5 contadores – pelos crimes de corrupção passiva, quadrilha, violação de sigilo funcional, corrupção ativa, peculato e lavagem de ativos.

A denúncia foi recebida pela Justiça Federal no dia 7 de janeiro. Foi acolhido requerimento do Ministério Público Federal,

que pediu envio de ofício à Corregedoria do TJ paulista e ao Ministério Público Estadual para “apuração de eventuais ilícitos envolvendo magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”.

Nos autos da Operação Publicano não há referência sobre quais juízes soubessem das atividades supostamente criminosas do auditor. Nem mesmo que tenham mantido contato com o suspeito – a ligação era com o servidor do TJ.

Foram anexados dois documentos à comunicação ao TJ: 1) 7 páginas de transcrições de diálogos interceptados pela PF entre o servidor e o auditor da Receita; 2) cópia do depoimento que o funcionário do TJ prestou no inquérito policial.

O TJ informou que disponibiliza “serviço de intermediação” junto à Receita para os magistrados. O servidor que caiu no grampo da Publicano, escrevente do TJ desde 23 de janeiro de 1985, é responsável por essa atividade. Sempre atuou no Gabinete de Apoio dos Desembargadores – cuida da documentação e orientações sobre o IR.

Alterações. Entre 2006 e 2013 ele encaminhou 1.740 declarações de magistrados a Szwarcztush. Uma interceptação da PF o flagrou pedindo ao auditor que “efetuasse alterações” na declaração de IR de uma colega

do tribunal, sua subordinada.

O servidor depôs na PF. Negou ilícitos e não citou nomes de magistrados. A Procuradoria pediu o arquivamento dessa etapa da investigação. “Como não foi identificado qualquer oferecimento de vantagem indevida ao auditor, não restou comprovado o delito de corrupção ativa por parte do servidor do TJ.”

“Contudo, foi observado que o servidor estadual também tratava com Vitor Szwarcztush sobre outros casos envolvendo magistrados do TJ de São Paulo, podendo esses fatos configurarem algum ilícito penal de competência daquele tribunal”, assinala a Procuradoria.

CONTINUA

13 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Operação. A Publicano foi deflagrada pela Polícia Federal em 18 de maio de 2013, quando Szwarc-tush foi preso provisoriamente. Afastado das funções, ele é alvo de processo disciplinar.

O caso teve origem na própria Receita, que encaminhou as informações para a sua Corregedoria-Geral. Um universo de até 2 mil contribuintes (pessoa física) beneficiou-se do esquema, com a entrega de cerca de 5 mil declarações fraudulentas nos exercícios 2010/2011/2012.

Segundo a Procuradoria da República, o auditor Szwarc-tush também elaborava declarações de IR e orientava os contadores e terceiros a preencher as prestações de contas “a fim de reduzir fraudulentamente o pagamento de tributos ou majorar o montante de restituição em função de deduções tributárias inexistentes”.

● Os números

5 mil declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física teriam sido fraudadas, entre 2010 e 2013, pelo esquema alvo da Operação Publicano, da Polícia Federal

R\$ 100 mi

é o valor estimado do prejuízo que teria sido causado ao Tesouro pela quadrilha, segundo a PF, liderada pelo auditor Vitor Aurélio Szwarc-tush

14 pessoas foram denunciadas pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro

CONTINUA

13 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

OPERAÇÃO PUBLICANO

CONTINUAÇÃO

● Investigação da Polícia Federal aponta que magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo teriam utilizado serviços de auditor da malha fina da Receita que fraudava declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física

A Justiça Federal bloqueou

RS 1,2 milhão

do auditor da Receita Vitor Aurélio Szwarc Tuch, alvo principal da operação

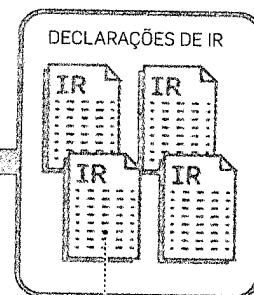
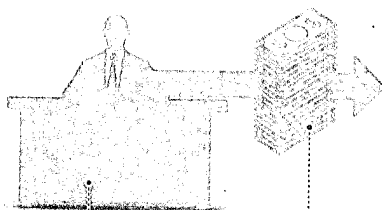
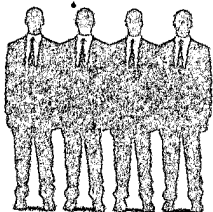
Em conversa com Szwarc Tuch, rastreada por um grampo de PF, um servidor do TJ-SP pediu ao auditor para resolver o caso de uma declaração de uma funcionária do tribunal.



Em depoimento, o funcionário declarou que fazia esse tipo de contato para magistrados que se valiam do serviço do auditor.

Como funcionava o esquema

PESSOAS COM IRREGULARIDADES NA DECLARAÇÃO



1 Os escritórios de contabilidade entravam em contato com o auditor, que passava a monitorar as declarações de IR-PF de profissionais liberais, como médicos, dentistas e advogados, nos sistemas informatizados da Receita

2 O auditor recebia propina para regularizar essas declarações

3 O auditor trabalhava no setor de Malha Fina da Pessoa Física na Delegacia de Fiscalização de São Paulo (Defis/SP)

4 O auditor informava aos contadores quais declarações caíam na malha fina ou estavam incompletas. Nelas eram inseridos valores indevidos de deduções e de despesas médicas e odontológicas para regularizá-las

Os contribuintes que eram beneficiados pagavam menos imposto ou recebiam restituições fraudulentas

CONTINUA

Presidente do TJ diz que vai analisar informações

O desembargador José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, disse que, se houver citação na Operação Publicano a magistrados de 1.º grau – juízes e substitutos atuando em segunda instância –, a apuração ficará a cargo da Corregedoria. “Se forem desembargadores, o início da apuração é minha”, observou Nalini. Segundo ele, é necessário primeiro analisar as informações da Justiça Federal.

A legislação e uma resolução do próprio TJ estabelecem a todos os juízes obrigatoriedade de entregar todo ano cópia de suas declarações ao tribunal. Há juízes que não encaminharam as declarações do exercício 2013 (ano-base 2012). Apenas alguns justificaram o atraso. Conforme Nalini, a verificação das declarações pela Presidência e pela Corregedoria só será possível “mediante decisão fundamentada em expediente de apuração preliminar ou procedimento disciplinar próprio”.

O TJ informa que o servidor citado pela PF é “funcionário exemplar”. “Apenas faz a interface com a Receita, os auditores sempre foram rigorosos.”

“Não existe quadrilha. Vitor (Szwarcush) prestava assessoria tributária paralela às suas atividades de auditor. Atendia muitos pedidos de amigos e conhecidos para ajudar na elaboração das declarações anuais de IR. Muitos pagavam por esse serviço e muitos outros sequer pagavam. Não era valor de corrupção, ele não recebia dinheiro de contribuinte para fraudar o IR”, disse o advogado Maurício Fargone, que representa o auditor.

Sobre as declarações referentes ao Tribunal de Justiça, o advogado disse que Szwarcush “atendeu pedido de conhecidos para revisar declarações de serventuários da Justiça” e “nunca recebeu nada por isso”.



Desembargadores. Nalini é responsável por apuração

• Cheques

A Receita identificou depósitos de 266 cheques de contribuintes em contas bancárias de três familiares do auditor Vitor Aurélio Szwarcush, no período entre 2011 e 2013

“Quem não quer ter uma pessoa para ajudar a fazer sua declaração de IR? Vitor pode ter sido usado por outras pessoas que usaram seu nome para tentar obter alguma vantagem.” Para o advogado, “não houve prejuízo, a grande maioria das declarações de ajuste tinha valores a pagar que foram devidamente pagos pelos contribuintes”. “A notícia sobre lesão de R\$ 100 milhões ao Fisco chega a ser ridícula. Houve exagero absurdo da PF, devassa e exposição desnecessárias na vida do auditor e dos familiares.”

Ele afirma que Szwarcush “é auditor há uns 20 anos, pessoa simples que sempre atendeu pedidos e favores de amigos sem lesar o Fisco”. / F. M.

13 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça Federal barra

revisão da Anistia

Tentativas do Ministério Público de levar a julgamento envolvidos com crimes na ditadura militar não encontram respaldo entre juízes

Roldão Arruda

A Justiça Federal está barrando as tentativas do Ministério Público Federal (MPF) de punir agentes de Estado acusados de cometer crimes durante o período da ditadura. A tese defendida pelos procuradores federais de que determinados crimes, como o sequestro e a ocultação de cadáver, são considerados permanentes e não foram beneficiados pela Lei da Anistia de 1979 não encontra receptividade entre juízes federais.

Desde que foi criado, há dois anos, o Grupo de Trabalho Justiça de Transição, vinculado à 2.^a Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, apresentou sete denúncias à Justiça Federal. Três envolvem o sequestro de militantes políticos que se opunham à ditadura; e outras duas, o crime de ocultação de cadáver. Desse total, apenas três ações estão em andamento, patinando ainda na primeira instância; duas foram rejeitadas; uma aguarda a definição de um pedido de habeas corpus; e a sétima ainda não teve o mérito apreciado.

Além da barreira dos juízes, os procuradores também enfrentam dificuldades para obter provas suficientes para sustentar as denúncias. Quando o grupo de trabalho foi criado, imaginava-se que o número de denúncias seria bem maior do que as sete apresentadas até agora.

Em suas manifestações, os juízes têm rejeitado a tese dos procuradores de que os crimes têm caráter permanente e, portanto, não foram anistiados. Eles também não aceitam as referências a cortes internacionais, segundo as quais crimes contra a humanidade não prescrevem e não podem ser anistiados.

Os magistrados indicam sempre que se orientam pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O que mais citam é o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Dois lados. O que se questionava naquele julgamento era o benefício da anistia para agentes de Estado envolvidos em casos de violações de direitos humanos. O STF rejeitou os argumentos da OAB e revalidou a interpretação de que a lei beneficiou tanto as vítimas de perseguições quanto perseguidores.

O grupo do MPF surgiu após a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil na ação que ficou conhecida como Caso Gomes Lund, por violações de direitos humanos no episódio da Guerrilha do Araguaia. De acordo com a sentença, o País deve investigar e denunciar os autores dos crimes de desaparecimento forçado das vítimas.

Não por acaso, a primeira tentativa de criminalização desencadeada pelo MPF ocorreu em Marabá, na região paraense onde ocorreu a guerrilha. Ela envolve o coronel da reserva Sebastião Curió, um dos principais responsáveis pelas ações que resultaram na eliminação do foco de resistência armada à ditadura.

Curió foi denunciado pelo sequestro de cinco guerrilheiros, cujos corpos nunca foram encontrados. Na primeira investida do MPF, a ação foi rejeitada. Na segunda, os procuradores tiveram sucesso: em agosto, a juíza Nair Cristina Corado Pimenta de Castro, da 2.^a Vara Federal de Marabá, acatou a denúncia. Mas, em novembro, uma deci-

são liminar do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região suspendeu a ação, até que seja julgado o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa.

Argumentos. O voto do relator, desembargador Olindo Menezes, contém os principais argumentos da Justiça Federal para barrar o MPF. Entre outras coisas, o magistrado rebate a ideia de que a justiça brasileira deveria seguir pela Corte Interamericana. Diz que a sentença “não interfere na decisão do STF sobre a matéria”.

Para o desembargador, o que a corte internacional definiu foram investigações destinadas apenas a “propiciar o conhecimento da verdade histórica”. Isso não significa, diz ele, “abertura de persecução penal em relação a (*supostos*) fatos incluídos na anistia da Lei n.º 6.683, de 19 de dezembro de 1979”.

Ainda segundo Menezes, a tese do crime permanente é “engenhosa”, mas não se sustenta, devido a dois fatores: “Falta de justa causa para a ação penal, por um (*anistia*) ou por outro (*prescrição*) fundamento”.

A denúncia mais recente do MPF foi apresentada em dezembro à subseção da Justiça Federal em Rio Verde. Trata-se do caso dos jovens Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, integrantes do Movimento de Libertação Popular, cujos corpos desapareceram há 40 anos, após terem sido mortos pela polícia. A tese do MPF é de que não se pode alegar prescrição no caso, uma vez que o delito de ocultação de cadáver, previsto no artigo 211 do Código Penal, é permanente.

CONTINUA

13 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para o procurador da República que apresentou a denúncia, Wilson Rocha Assis, a responsabilização penal dos agentes que praticaram o crime é “exigida por tratados internacionais subscritos pelo Brasil”.

No Rio, o MPF apresentou argumentos semelhantes ao denunciar cinco agentes de Estado, militares e civis, pelo sequestro, tortura e desaparecimento do líder comunista Mário Alves de Souza Vieira.

Os procuradores já previam, por manifestações anteriores às denúncias, a resistência dos juizes. Eles devem, porém, continuar insistindo. O objetivo é levar a questão de volta ao STF, para debatê-la à luz da decisão da Corte Interamericana.

Exceção

Apenas um juiz federal, em São Paulo, aceitou a tese de que o Brasil tem de cumprir a decisão da Corte Interamericana, segundo a qual crimes contra direitos humanos são imprescritíveis

TRECHO

“Mas o fato é que a lei da anistia tornou juridicamente impossível a persecução penal em exame...

...sem falar que os fundamentos da decisão, que, em juízo de retratação, recebeu a denúncia, têm base em premissas cuja lógica é apenas teórica e conceitual, sem uma efetiva

conexão com os fatos do processo, com a devida licença...

...Não é aceitável, sem ilegalidade, que o juízo de admissibilidade da ação, diante de fatos já exauridos nos planos da análise histórica, política e, sobretudo, jurídica, desconsidere os todos, inclusive o veredito do STF sobre a matéria, que se alça ao nível de impossibilidade jurídica do pedido, ao fundamento de ser necessária a instrução processual.”

PERSONAGENS DA DISPUTA NA JUSTIÇA



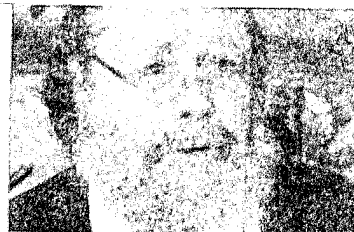
● Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curio. Coronel da reserva. Foi denunciado no caso de sequestro e ocultação de cadáveres de militantes políticos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B. Ação foi paralisada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que seja julgado pedido de habeas corpus.



● Claudio Guerra. Ex-delegado de polícia, atuou no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Rio, e participou de ações de repressão. É autor do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, cujo conteúdo é usado pelo grupo de trabalho do MPF para nortear suas denúncias. Ele também foi ouvido pessoalmente pelos procuradores.



● Carlos Alberto Brilhante Ustra, o Major Ustra. Coronel da reserva, comandou a seção paulista do DOI-Codi no início da década de 1970. Foi denunciado duas vezes pelo MPF em casos que envolvem desaparecimentos. No início de dezembro, a Justiça Federal em São Paulo realizou audiências públicas para ouvir testemunhas contra ele.



● Eros Grau. Jurista e ex-ministro. Preso e torturado durante a ditadura, em 2010 foi o relator da ação proposta pela OAB no STF na qual se questionava a extensão da Lei da Anistia a acusados de tortura. Defendeu a rejeição da ação e é citado com frequência pelos juizes que se opõem à revisão da lei. Aposentou-se da corte ainda em 2010.

12 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STJ barra blindagem de bens de casais ricos

Decisão pode evitar fraude na hora da separação e permitir que uma das partes recupere patrimônio colocado em nome de empresas ou laranjas

Luciano Bottini Filho

A blindagem do patrimônio de casais ricos, que tentam fugir de impostos, se tornou um tiro no pé na hora da separação. Bens são colocados em nomes de laranjas e empresas de fachada e podem deixar cônjuges que tinham uma vida de luxo sem nada.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu um precedente, no fim do ano passado, para que a parte lesada recupere carros, imóveis e contas bancárias que foram parar em nome de uma pessoa jurídica. Essa, segundo especialistas, é uma das artimanhas mais comuns para ocultar ou se desfazer de bens antes da partilha. A simulação prejudica também quem precisa ir atrás da pensão, mas não consegue provar a fortuna de quem se recusa a pagar.

A decisão do STJ é mais uma esperança para Bianca Lindo, de 38 anos, que trava uma batalha judicial com o ex-marido para ter uma melhor pensão para os dois filhos - hoje eles recebem dois salários mínimos cada um. Os sinais exteriores de riqueza do ex-marido, segundo ela, são muitos: uma casa de cinco suítes na Barra da Tijuca, no Rio, um BMW e um Porsche, barcos e participação em três empresas. "Por enquanto, nada disso está no processo, porque ele não consta nas empresas. Ele tem procuração de laranjas, como funcionários e motoristas", diz ela.

O ex-marido de Bianca nega as acusações e a ação ainda será julgada em segunda instância. Ela também usou fotografia de quando o ex estava com os filhos. "É uma diferença enorme entre meu padrão e o dele. Vivo de favor com a minha mãe."

Dinheiro sumiu. "Se o marido era rico e agora não é, a primeira coisa a fazer é olhar a contabilidade da empresa dele, escrita em idioma que os mortais não entendem", explica o professor de Direito Societário da Universidade Fumec, em Minas, Gladston Mamede. As pessoas lesadas, segundo a advogada Clarissa Bernardo Campos, em geral, são "mulheres com vida bastante confortável, sem preocupações, que confiam plenamente no marido".

Andreia Paulo, de 45 anos, divorciada desde 2011 após um casamento de 18 anos, não entendia de finanças quando percebeu que até os barcos da família haviam sido registrados por uma empresa. "Ele vendeu um prédio de R\$ 5 milhões sem me consultar. Mas não houve tempo para manobras, contratei um advogado logo."

A brecha para que o ex-marido administrasse os bens foi aberta quando ele propôs passar as cotas da empresa que detinha todo o patrimônio da família para o nome dos dois filhos. Andreia aceitou fazer uma doação em vida e terminou com 17% da sociedade.

Andreia alega que foi vítima de chantagem. "Ele tentou de tudo para eu fazer um acordo. Tirou até meu plano de saúde." Hoje, com a ação ganha, ela está segura que deu a volta por cima.



Batalha. Bianca quer comprovar patrimônio do ex na Justiça

12 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Em 3 anos, gasto com marmitta para presos sobe 147%

Apesar de queixas de detentos e agentes, empresa do Rio recebeu R\$ 97,2 milhões do Maranhão e nega falta de qualidade da comida

Carne podre. Frango cru com arroz. Comida fria. As constantes reclamações em relação à qualidade das quantinhas fornecidas aos presos do Maranhão não evitaram que o governo de Roseana Sarney (PMDB) gastasse no ano passado R\$ 23,5 milhões com a Masan Comercial Distribuidora Ltda. O montante supera em 147% o que foi pago em 2011 à mesma empresa, única fornecedora de marmittas para cadeias do Estado.

A Masan alega nunca ter recebido reclamações. O governo do Maranhão afirma que a alimentação é balanceada e acompanhada por nutricionistas.

Com sede no Rio, a Masan já recebeu R\$ 97,2 milhões de diversos órgãos do governo maranhense desde 2011. Quase metade do valor (R\$ 47,6 milhões) saiu da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Os contratos preveem “prestação de serviços de preparo, transporte e fornecimento de alimentação aos estabelecimentos penais”.

“Muitas vezes, o frango vem cru, o arroz duro e o feijão, estragado. Nada presta. É impossível comer”, disse ao Estado um preso do regime semiaberto.

Mulheres de detentos também reclamam da comida e dizem que a maioria dos presos não consegue comê-la. “É tão ruim que sobra, e os presos do semiaberto colocam em carrinhos de mão e vendem para os criadores de porcos. Um carrinho de mão cheio custa R\$ 5”, contou uma mulher de 41 anos,

cujos marido está preso há 10. Segundo ela, frequentemente a carne vem crua e os homens têm de cozinhar novamente nos fogareiros improvisados nas celas.

O vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Cezar Castro Lopes, afirmou que no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas mais da metade das marmittas é devolvida pelos presos. “Quem recebe comida de parentes não come a quantinha. Acaba indo tudo para o lixo.”

Segundo Lopes, em algumas unidades prisionais os agentes penitenciários contratam cozinheiras para não comer as quantinhas fornecidas pela Masan. O sindicato já teria comprado fogões e geladeiras para os agentes em alguns presídios.

Fornecimento. Além das cadeias, a Masan também forneceu nos últimos três anos comida para batalhões da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil e escolas estaduais maranhenses, segundo o Portal da Transparência. Os primeiros contratos da empresa com o governo remontam a 2007, ainda na gestão Jackson Lago (PDT), cassado em 2009, ano em que a atual governadora Roseana Sarney assumiu. Algumas contratações foram celebradas com dispensa de licitação.

Em seu site, a Masan informa que, além do Maranhão, a empresa atua nos Estados de São Paulo, Rondônia, Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

O Estado esteve anteontem em duas unidades da empresa em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Havia movimentação de funcionários – segundo um deles, cerca de 60 pessoas trabalhavam no local. Na sede administrativa, que fica próxima, um cartaz colado na porta do prédio de três andares informava que não haveria expediente naquela tarde. Segundo um funcionário, acontecia uma festa anual do grupo, que também administra um frigorífico e outra fábrica na região.

A gestão Roseana disse que o controle de qualidade das quantinhas é feito por equipe da Secretaria Adjunta de Justiça da Sejap. Questionada sobre o motivo do aumento do gasto com a Masan, o governo informou que “a manutenção da estrutura dos presídios requer investimentos efetivos em infraestrutura, mão de obra e qualificação e na alimentação”.

A Masan informou, em nota, que o cardápio é composto “de carboidratos, leguminosas, proteínas, guarnição e bebida não alcoólica”. A empresa afirmou também que “não foi comunicada oficialmente pelos órgãos competentes de que as refeições servidas estão fora do padrão de qualidade” e que “tem um corpo técnico formado por nutricionistas que faz a inspeção das refeições diariamente”.

/ COLABOROU ARTUR RODRIGUES,
ENVIADO ESPECIAL A SÃO LUÍS

CONTINUA

12 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Quentinhas. Presos relatam que arroz chega duro, frango cru e o feijão até estragado

Governo reformou casa do albergado por ordem judicial

● O governo do Maranhão informou ontem, em nota, que a Sonortec foi contratada em setembro de 2013 com dispensa de licitação para reformar a Casa do Albergado Masculino, em São Luís, para cumprir uma ordem judicial que determinou a transfe-

rência imediata para lá de presos do regime semiaberto que estavam no Complexo de Pedrinhas.

Apesar de a Sonortec ter sido acusada, em junho do mesmo ano, de envolvimento em esquema que teria desviado R\$ 4,9 milhões do Estado, a gestão Roseana Sarney (PMDB) disse que a empresa foi a selecionada porque "apresentou toda a documentação exigida por lei e entregou a obra no prazo estipulado".

O Estado noticiou anteontem

que a Sonortec foi acusada por deputados estaduais de ter sido contratada pelo Grupo de Ação Social Vera Macieira para reformar uma estrada de acesso ao povoado de Trechos, no município de Raposa. Entretanto, segundo os parlamentares, não há nenhuma localidade com esse nome na cidade. O governo disse que houve um lapso no edital, causado pelo sistema informatizado, e afirmou que obras são feitas em vários povoados. / M.G.

● Sistema carcerário

6 mil

quentinhas são fornecidas diariamente pela Masan para os presídios do Estado do Maranhão

R\$ 149 mi

serão destinados à Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap), 75% mais do que em 2012

12 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Se a moda pega...

O TJ de São Paulo condenou os pais de três menores – que agrediram um outro jovem com pedradas e causaram perda da visão do olho esquerdo – a pagar indenização por danos morais e materiais. Total? R\$ 62.771.

Se pega... 2

Torcedor do Corinthians ganhou ação na Justiça e será indenizado por FPF e Linense. Tudo porque chegou atrasado a jogo do Timão em Lins pelo campeonato paulista de 2013 e foi impedido de entrar no estádio – apesar de ter o ingresso nas mãos.

Será ressarcido em R\$ 3.150.

Faturando

O CNJ inicia ofensiva na internet para acabar com a prática do “valor mínimo” por parte das lojas quando o consumidor paga com cartão de crédito. O conselho pretende usar as redes sociais para democratizar certas leis que são descumpridas cotidianamente no País.

11 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Eleições 2014. Resolução do tribunal determina que a polícia só poderá apurar crimes como caixa 2, compra de votos, abuso de poder econômico e difamação após autorização de um juiz eleitoral; antes, promotores e procuradores podiam acionar ajuda de policiais

TSE tira poder do Ministério Público de pedir investigações de crimes eleitorais

Andreza Matais
Fábio Fabrini / BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral tirou do Ministério Público o poder de pedir a instauração de inquéritos policiais para investigação crimes nas eleições deste ano. A partir de agora, promotores e procuradores terão de pedir autorização à Justiça Eleitoral para abrir uma apuração de suspeita de caixa dois, compra de votos, abuso de poder econômico, difamação e várias outras práticas.

Até a eleição de 2012, o TSE tinha entendimento diferente. As resoluções anteriores que regulavam as eleições diziam: “o inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante requisição do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral”. Para o pleito de 2014, os ministros mudaram o texto: “O inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante determinação da Justiça Eleitoral”. Ou seja, o Ministério Público foi excluído.

O relator da nova norma, ministro José Antonio Dias Toffoli, que irá assumir o comando da corte em maio, afirma que o tribunal mudou o entendimento histórico por duas razões: processos que não tinham o aval ini-

cial da Justiça estavam sendo anulados; outra razão, garantir maior transparência. “O Ministério Público terá que requerer à Justiça. O que não pode haver é uma investigação de gaveta, que ninguém sabe se existe ou não existe. Qualquer investigação, para se iniciar, tem que ter autorização da Justiça”, diz. “A polícia e o Ministério Público não podem agir de ofício.”

O atual presidente do tribunal, ministro Marco Aurélio Mello, foi o único contrário à restrição na corte ao considerar que “o sistema para instauração de inquéritos não provém do Código Eleitoral, mas sim do Código Penal, não cabendo afastar essa competência da Polícia Federal e do Ministério Público.”

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho, afirmou que a medida é inconstitucional. “Se o MP pode investigar, então ele pode requisitar à polícia que o faça. Isso também é parte da investigação”, afirma. A associação não descarta ingressar com medida judicial para derrubar a norma.

A nova regra, válida apenas para as eleições de 2014, foi publicada no *Diário Oficial de Justiça* no dia 30 de dezembro e aprovada

pelo plenário em sessão administrativa 13 dias antes. O site do TSE divulgou a aprovação da norma à meia-noite e vinte do dia 18 de dezembro. Neste ano, serão eleitos presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Atrasos. Para o ministro Dias Toffoli, a medida não irá atolar os juízes eleitorais de processos. “A Justiça nunca faltou.” Às vésperas da eleição de 2012, contudo, o TSE ainda analisava cerca de 1.700 processos referentes à eleição de 2008, mais da metade de corrupção eleitoral. A Procuradoria-Geral da República informou que não tem um levantamento de quantos desses processos foram instaurados por iniciativa do Ministério Público.

A Polícia Federal também protestou contra a medida. Em audiência pública no TSE, realizada no ano passado, o delegado Célio Jacinto dos Santos sugeriu que fosse permitido ao órgão abrir inquérito sem a necessidade prévia de requisição ao Ministério Público ou à Justiça Eleitoral. No entanto, o ministro Dias Toffoli ponderou:

CONTINUA

11 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Qual a dificuldade da Polícia Federal em encaminhar um ofício ao Ministério Público ou à Justiça Eleitoral fazendo essa requisição?”. Procurada, a PF disse que não iria se manifestar.

Para o juiz Márlon Reis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), organização que propôs ao Congresso a Lei da Ficha Limpa após ampla coleta de assinaturas, a decisão é equivocada e pode trazer prejuízo à apuração de irregularidades nas eleições deste ano.

“O Ministério Público precisa de liberdade para agir e deve ter poder de requisição de inquéritos. Assim é em todo o âmbito da Justiça criminal e da apuração de abusos. Não faz sentido que isso seja diminuído em matéria eleitoral. Pelo contrário, os poderes deveriam ser ampliados, porque o MP atua justamente como fiscal da aplicação da lei”, afirma o magistrado.

‘Inconstitucional’. Na visão de Reis, a regra introduzida pelo TSE este ano é inconstitucional, pois “cria uma limitação ao MP que a Constituição não prevê”. “O MP tem poderes para requisitar inquéritos, inclusive exerce a função de controle externo da atividade policial. Entendo que só com uma alteração constitucional se poderia suprimir esses poderes.”

Além da questão legal, Reis avalia que a resolução pode contribuir para abarrotar os escaninhos da Justiça Eleitoral. “Em lugar de diminuir, isso vai aumentar o número de demandas apresentadas diretamente ao Judiciário. Vai de encontro a alternativas de agilização e de diminuição das ações”, afirma.

OMCCE monitora abusos cometidos na corrida pelo voto. Uma das principais preocupações em ano de eleições gerais, como 2014, é a compra do apoio de lideranças políticas que exercem influência sobre eleitores. “É a compra de votos no atacado”, exemplifica o magistrado.

● Atribuição

“O sistema para instauração de inquéritos não provém do Código Eleitoral, mas sim do Código Penal, não cabendo afastar essa competência da Polícia Federal e do Ministério Público”

Marco Aurélio Mello

MINISTRO E PRESIDENTE DO TSE

“O Ministério Público deve ter poder de requisição de inquéritos. Não faz sentido que isso seja diminuído em matéria eleitoral. Pelo contrário, os poderes deveriam ser ampliados, porque o MP atua como fiscal da aplicação da lei”

Márlon Reis

JUIZ DO MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL

MUDANÇA

Como era

Veja os dois textos, o antigo e o mais recente, das resoluções para abertura de inquérito policial eleitoral

Segundo resolução 23.222 para a eleição de 2010, “o inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante requisição do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral, salvo a hipótese de flagrante.”

Como ficou

Segundo resolução 23.396 para a eleição de 2014, “o inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante determinação da Justiça eleitoral, salvo a hipótese de flagrante.”

CONTINUA

1 1 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

José Antonio Dias Toffoli, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral

‘O que custa ao promotor requerer à Justiça?’



A favor. Toffoli apoia submeter promotor à decisão do juiz

Aos 46 anos, e integrando o Tribunal Superior Eleitoral desde 2009, o ministro José Antonio Dias Toffoli prepara-se para assumir, em maio, o comando da corte – o que fará dele uma figura central para decidir as pendências legais na campanha eleitoral que o País viverá até outubro.

Vice-presidente do tribunal desde novembro passado, ele

entende que o Ministério Público deve se submeter ao juiz para pedir um inquérito. “Estão criando uma tempestade em copo d’água”, resume sobre queixas dos promotores.

Como ministro do Supremo Tribunal Federal – também desde 2009 – Toffoli destacou-se, em 2012, por votos polêmicos e embates com o relator Joaquim Barbosa. No fim do

processo, comparou as penas aplicadas às da Inquisição.

● **Por que impedir o Ministério Público de requerer investigação policial de crime eleitoral?**

É para evitar que haja investigações que depois venham a ser anuladas porque não houve aval do Judiciário. O que custa, ao promotor eleitoral, requerer à Justiça? Nada. Estão criando uma tempestade em copo d’água. Qualquer investigação para se iniciar tem que ter autorização da Justiça.

● **Mas até 2010, o Ministério Público podia requisitar.**

De acordo com o que determina o Código Eleitoral, o poder de polícia é exclusivo do juiz. Isso passa ter um número e passa a ser público.

● **Esse tipo de providência não acabará dificultando a abertura de uma investigação?**

A Justiça Eleitoral nunca faltou no País. O que não pode haver é uma investigação de gaveta, secreta, que ninguém sabe se existe ou não. Estamos em um Estado democrático de direito.

CONTINUA

11 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Alexandre Camanho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

'Se MP pode investigar, pode requisitar à polícia que o faça'



Contra. Camanho diz que medida do TSE é inconstitucional

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho de Assis, classifica decisão do Tribunal Superior Eleitoral que impede o Ministério Público de requerer investigações policiais de crimes eleitorais de "anódina." "Só quem poderia nos tirar esse poder seria uma norma constitucional", afirma Camanho.

● O que o senhor achou da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)?

É uma obviedade que o Ministério Público pode determinar, requisitar a abertura de inquérito para a apuração de crimes eleitorais. Na hora em que uma resolução do TSE omite essa possibilidade só há uma leitura possível: é completamente anódina.

● O ministro Dias Toffoli disse que a resolução é para garantir a transparência das investigações. Se, hipoteticamente, em um ou outro caso avulso pecou-se pela falta de transparência, então a resolução deveria ter se esmerado em proclamar a necessidade de uma investigação transparente. É o mesmo que dizer: "Essa investigação não foi transparente. Então, não se investiga. O que é isso?"

● A ANPR irá questionar a resolução do TSE?

Existem dois caminhos. O da lógica indica que a regra é completamente anódina para nós e que nós mantemos essa atribuição que decorre de todo o resto do ordenamento jurídico. Agora, se dessa omissão começar aparecer questionamentos quanto à atribuição do MP me parece previsível que a própria resolução seja questionada. Só quem poderia nos tirar esse poder é uma norma constitucional. Se o MP pode investigar, então ele tem o poder de requisitar à polícia que o faça.

CONTINUA

11 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OAB vai propor ações contra todos os Estados

Ricardo Brito / BRASÍLIA

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai propor ações civis públicas contra todos os Estados para que sejam tomadas providências quanto à situação dos presídios. Segundo a entidade, as ações serão protocoladas a partir da próxima semana.

A medida foi anunciada ontem pelo presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado. “As ações simbolizam uma medida de pressão aos governos estaduais para vencerem a inércia em que se encontram.”

O objetivo é que os governos sejam compelidos a dar assistência às famílias dos mortos, bem como garantir indenizações pela falta de proteção aos apenados. Além disso, a entidade requer que seja determinada a separação dos presos provisórios dos definitivos e seja assegurado um custeio mensal mínimo para a manutenção das atividades nas penitenciárias.

Intervenção. Anteontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, esteve no Maranhão para se reunir com a governadora, Roseana Sarney (PMDB), e propor um plano emergencial. A iniciativa visa a esvaziar um pedido de intervenção judicial. O governo Dilma Rousseff tenta ainda se blindar e mostrar apoio a um aliado político.

Diante de insinuações de que haveria motivações eleitorais por trás do pedido de intervenção no Estado, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho, saiu ontem em defesa do procurador-geral, Rodrigo Janot. Ele disse que um eventual pedido de intervenção nos sistemas penitenciário e de segurança pública “vai se lastrear exclusivamente em critérios jurídicos”.

Janot nomeou como secretário de Relações Institucionais o procurador regional Nicolao Dino, irmão do pré-candidato ao governo do Maranhão e presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB). Ele é ainda adversário político da família Sarney. Dino evitou comentários.

Já o subprocurador-geral da República Aurélio Veiga Rios disse que os procuradores no Maranhão é que pediram a intervenção federal no Estado. Mas a decisão sobre o momento e a conveniência de se fazer cabe exclusivamente ao chefe do MPF. “Ninguém bota o procurador-geral da República em uma saia-justa ou pressiona ele sobre nada”, ressaltou.

11 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CENÁRIO: *Bernardo Coram*

Situação carcerária do País piora e não há perspectiva de reação

Pouco mais de um ano após o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmar que preferia “morrer” a ter de cumprir pena em um presídio brasileiro, a situação no País piorou e não tem perspectiva de melhora. O motivo é o crescimento da população carcerária, sempre maior que o aumento do número de vagas. O déficit de vagas, que alcançou 237 mil, aumenta em média 7,2 mil detentos todos os anos.

De acordo com dados do Ministério da Justiça, nos últimos dois anos o valor liberado para construção de estabelecimentos prisionais foi de R\$ 1,2 bilhão. O investimento será suficiente para criar 47 mil vagas. Entretanto, levantamento feito pelo Estado mostra que, entre 2003 e 2012, a cada dois anos 61,7 mil detentos ingressaram no sistema prisional, 14,3 mil a mais que as vagas criadas pelos investimentos.

Em novembro de 2012, durante encontro com empresários em São Paulo, Cardozo afirmou: “Entre passar anos num presídio do Brasil e perder a vida, talvez eu preferisse perder a vida, porque não há nada mais degradante para um ser humano do que ser violado em seus direitos humanos”. Na ocasião, o ministro descreveu as prisões brasileiras como “medievais”.

Os repasses federais poderiam ser maiores, mas esbarram em problemas de gestão dos Estados. No Maranhão, três das últimas sete liberações de recursos para a construção de estabelecimentos prisionais acabaram voltando para o Ministério da Justiça por descumprimento de prazos. Os contratos da Cadeia Pública de Santa Inês e Cadeia Pública de Pinheiros (SP) foram cancelados ainda com 0% de execução de obra, por causa de um decreto que obrigava as obras a serem iniciadas até 30 de junho de 2013. O terceiro contrato cancelado, de construção do Presídio Regional de Pinheiros foi finalizado também com 0% de evolução por expiração de prazo. No total, R\$ 23,9 milhões, que já estavam liberados, foram cancelados. Com o valor, seriam criadas 681 novas vagas.

Desde a declaração do ministro há um ano, nenhum recurso foi liberado para a construção de presídios no Maranhão. O Estado também foi o terceiro do País que menos aplicou verbas do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, criado em 2011. Foram R\$ 7 milhões, valor maior apenas que dos Estados do Acre e de Roraima, que não receberam repasse. Sobre os cancelamentos de obras no Maranhão, o Depen informou que é feito um acompanhamento de perto com o objetivo de subsidiar o Estado para resolver questões técnicas.

1 1 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda soltar a mãe do menino Joaquim

O Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu ontem habeas corpus para a mãe de Joaquim Ponte, morto aos 3 anos em novembro, em Ribeirão Preto (SP). A psicóloga Natália Mingo- ne Ponte vai deixar a Penitenciária de Tremembé na segunda-feira. Ela é acusada de omissão por deixar o filho com o padrasto Guilherme Raymo Longo, apontado pela Polícia Civil como responsável por matar a criança.

SÔNIA RACY **Suspense**

A continuidade da inspeção veicular em SP está agora nas mãos da Justiça. Até o fim deste mês, o TJ deve julgar ação de inconstitucionalidade da Lei 15.688 aprovada por **Haddad** - movida pela Procuradoria Geral.

Se for acatada, o edital de licitação para escolha de uma nova empresa perderá o valor. E o prefeito de SP terá duas alternativas: engolir a continuidade da Controlar ou acabar com o programa.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

A Justiça tarda e a corrupção não falha

A complexidade dos processos e as condições de trabalho dos magistrados não justificam a lentidão dos tribunais paranaenses nos casos de corrupção

Que a Justiça brasileira é demorada não há a menor dúvida. Processos que poderiam ser julgados em tempo, digamos, razoável, levam anos, às vezes décadas, para ser concluídos. Não raras vezes, as partes interessadas já nem existem neste mundo ou os efeitos pelos quais ansiavam já perderam eficácia quando as decisões são finalmente pronunciadas. Muitas das causas para tanta morosidade podem ser encontradas na própria legislação processual brasileira, que permite infindáveis recursos procrastinatórios — como recentemente o país se deu conta quando, mesmo julgados pelo Supremo Tribunal Federal, os mensaleiros já condenados ainda se serviram de embargos sobre os quais nem mesmo os magistrados foram unânimes em considerar cabíveis. Ainda assim, conseguiram adiamentos no cumprimento de suas sentenças.

Revela-se agora — conforme a *Gazeta do Povo* publicou na quinta-feira — que o Judiciário paranaense é o quarto mais lento dentre todos os estados quando se trata de julgar ações que envolvem processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública que tramitavam nos tribunais brasileiros até dezembro de 2011. No caso paranaense, o Tribunal de Justiça cumpriu apenas 26% da meta fixada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), índice melhor, apenas, do que os registrados pelos judiciários do Piauí, Bahia e Amazonas.

A explicação dada pela Corregedoria do TJ-PR para desempenho tão modesto é, para dizer o mínimo, muito curiosa: a demora no julgamento de processos de corrupção é decorrente de sua própria complexidade, pois dependem “de perícias, audiências de instrução, convocação de pessoas que, algumas vezes, estão fora da jurisdição”. Certamente, todos os demais tribunais se confrontam com fatores idênticos, entretanto, há entre eles os que atingiram metas de até 93% (caso do minúsculo Amapá), mas também dos gigantes São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, cujos desempenhos variaram entre 54% e 73%. Portanto, é forçoso reconhecer que no caso do Paraná há fatores de atraso mais poderosos do que os citados pela Corregedoria.

Em anos passados, o Conselho Nacional de Justiça já fez correções no Tribunal paranaense que lhe permitiram produzir contundentes relatórios apontando distorções administrativas e morais que afetam nosso Judiciário. E a tal ponto são graves as distorções apontadas que tivemos o recente caso de afastamento do seu último presidente, o desembargador Clayton Camargo, investigado e processado pelo CNJ e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por envolvimento em supostos episódios de venda de sentenças, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

Foi deste magistrado afastado, quando ainda exercia a presidência do TJ, que partiu a informação dada ao CNJ de que o Judiciário paranaense havia cumprido até agosto do ano passado 99% da meta de julgar 1.150 processos atrasados de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública. Descobriu-se, agora, que transitaram em julgado na instância estadual somente 398 daquele total.

Falta estrutura operacional aos 120 desembargadores do TJ-PR? Há desaparecimento dos juizados de primeira instância? Não há recursos orçamentários suficientes para modernizar e dar mais agilidade aos sistemas? É possível. Mas isso não justifica o desempenho sofrível da nossa Justiça. Neste mesmo espaço já comentamos que não basta aumentar as penas para os crimes de colarinho-branco para que os corruptos se sintam desmotivados a cometer seus malfeitos. É preciso combater a impunidade que tem caracterizado os escândalos de corrupção e para isso é necessário melhorar o acesso dos cidadãos à Justiça e de dar mais agilidade às suas decisões.

A propósito da situação paranaense, não custa aqui lembrar Ruy Barbosa: “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade”.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Prazo final



Os tribunais têm até o próximo dia 30 para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados finais sobre o cumprimento da Meta 18 de 2013, que estabeleceu prioridade para o julgamento de todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos até o final de 2011. De acordo com os dados disponíveis até o momento, os tribunais cumpriram apenas 54,51% da meta. No ranking dos judiciários estaduais, a Justiça paranaense teve o quarto pior desempenho do país. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) cumpriu apenas 26% da meta fixada para 2013 pelo CNJ: dos 1,5 mil processos de corrupção e improbidade cadastrados até 2011, deixou de julgar mais de 1,1 mil. Em agosto, ainda sob a gestão do desembargador **Clayton Camargo (foto)**, porém, o tribunal paranaense havia informado ao Conselho que já tinha cumprido 99% da meta. Questionado, o TJ-PR não soube informar porque houve mudança nos dados.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TJ extingue recurso de Camargo para reaver cargo

Katna Baran

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) homologou ontem o pedido de desistência do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC), Fabio Camargo, de um mandado de segurança impetrado por ele para reverter a decisão liminar que o afastou do cargo em novembro do ano passado. O mandado contra a determinação da desembargadora Regina Portes já havia sido barrado pelo TJ em dezembro.

Na decisão, o desembargador Ruy Cunha Sobrinho diz que houve falta de equilíbrio e outras ilegalidades no processo da eleição de Fabio para a vaga no TC. Em uma entrevista coletiva em dezembro, Camargo confirmou que havia pedido a extinção do mandado de segurança. Ele alegou, na ocasião, que estudava "outras medidas jurídicas para reverter a decisão".

O processo que culminou no afastamento de Camargo foi movido por Max Schrappe, um dos candidatos derrotados. Ele alega que o conselheiro não apresentou documentação necessária e questiona o número de votos recebidos pelo candidato eleito na ocasião. Camargo diz que nenhum dos argumentos é procedente.

A medida liminar ainda precisa ser apreciada pelo Órgão Especial do TJ, mas não há previsão para o julgamento. O conselheiro afastado também enfrenta contestações no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que investigam possível influência do desembargador afastado Clayton Camargo na eleição do filho.

Em meio a aumento de gastos com pessoal, MP-PR vai buscar benefícios

Apesar de ser um órgão fiscalizador, Ministério Público quer paridade com o Judiciário e irá buscar novas gratificações a seus servidores

José Marcos Lopes

Em meio a um processo de aumento de gastos com pessoal, o Ministério Público do Paraná (MP) irá buscar a incorporação de novas gratificações aos salários de seus servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados, caso elas sejam aprovadas para o Poder Judiciário. A informação é do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacóia. Para ele, apesar de o MP ser um órgão fiscalizador, os benefícios funcionam como uma espécie de reposição diante do acúmulo de perdas salariais.

Nos últimos quatro anos, os gastos do MP com pessoal cresceram 23,5% (em valores corrigidos com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA). Em 2010, o órgão destinou R\$ 337,7 milhões à folha de pagamento. No ano passado, foram R\$ 500 milhões.

Dois benefícios aprovados no ano passado, o auxílio-saúde e as gratificações por as-

siduidade e produtividade, causarão um impacto aproximado de R\$ 12,2 milhões por ano nas contas do MP. O auxílio-saúde gerou polêmica, já que os deputados estaduais aprovaram o projeto sem estender o benefício aos ocupantes de cargos comissionados, mas voltaram atrás e acabaram garantindo o pagamento.

A próxima gratificação que pode ser incorporada aos salários é o auxílio-moradia. O projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que institui o benefício foi encaminhado à Assembleia Legislativa em 2013 e os deputados começarão a discutir o tema em fevereiro deste ano. Caso venha a ser aprovado, existe a chance de o benefício ser estendido ao MP.

Outra gratificação, o auxílio-alimentação, foi incorporada aos salários do MP em 2012. Na época, a previsão era que o gasto anual chegasse a R\$ 9 milhões. Além disso, o reajuste de 4,9% no salário dos ministros do STF, aprovado no dia 1.º, aumentará automaticamente os vencimentos de promotores e procuradores neste ano.

Questionamentos

O artigo 39 da Constituição Federal determina que servidores públicos, ministros e secretários “serão remunerados exclusivamente

por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”. Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no entanto, têm deixado a porta aberta para os tribunais instituírem gratificações.

“Não acho que as gratificações sejam inconstitucionais da forma como o Supremo ou o STJ as praticam”, avalia Giacóia. “Não fugindo da natureza a que se destina o benefício, acho que não há uma vedação constitucional tão explícita.” Para o procurador-geral, os benefícios têm ajudado a corrigir distorções salariais históricas. “Havia uma política de não aumentar as remunerações porque isso gera um efeito cascata. A solução encontrada foi de forma indireta. Não trabalhamos muito com essa questão, se é certo ou errado, mas sim se é justo defender uma categoria funcional, um status constitucional que a magistratura já havia se concedido.”

CONTINUA

11 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRÍTICA

Procurador atribui rodízio no Gaeco à “visão míope” do governo

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacóia, disse temer pelo futuro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) após a instituição de um rodízio de policiais militares no órgão. A troca foi determinada em setembro do ano passado pelo secretário estadual da Segurança Pública, Cid Vasques. Para Giacóia, o rodízio prejudica as investigações, já que a atividade demanda treinamento específico. Além disso, a relação de confiança com os promotores ficaria prejudicada.

“Não se pode impor a uma célula tão importante uma sistemática que gere insegurança para quem está trabalhando”, avalia o procurador-geral. “Os promotores que estão vinculados a esse tipo de atividade correm riscos, como poderão trabalhar senão em um regime de absoluta confiança, segurança e preparo? O combate ao crime organizado requer muito mais do que uma mera recomendação administrativa.”

Questionamentos

Giacóia atribui a decisão do governo do estado a uma “visão míope”. “Qual é o ganho social de gerar essa situação em uma equipe com um interesse público relevante?”, questiona. “Demora-se anos para compor uma equipe. Temos investigações em curso, em Guarapuava são duas ou três com possibilidade de

serem prejudicadas. O policial fica pensando que vai sair no mês que vem, que vai ficar lá no máximo um ano. Isso quebra toda a possibilidade de êxito de uma célula importante. Sinceramente, não consigo compreender.”

Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o rodízio de policiais militares é um processo natural que tem sido implantado desde setembro. Há meses, de acordo com a Sesp, policiais têm saído de unidades do Gaeco para dar lugar a outros.

Giacóia contestou ainda a declaração do governador Beto Richa segundo a qual a decisão do Conselho do Ministério Público, de não liberar Cid Vasques para o cargo de secretário (ele é promotor de Justiça), foi uma “decisão política”. “Não sei o que ele quis dizer por ‘política’. Mas ele sabe, não tem nada a ver com o governador ou com o governo. A questão é com o secretário. A questão é a postura funcional do secretário.” (JML)

“Qual é o ganho social de gerar essa situação em uma equipe com um interesse público relevante?”

Gilberto Giacóia, procurador-geral de Justiça do Paraná.

CONTINUAÇÃO

Giacóia não acredita, entretanto, que o auxílio-moradia seja incorporado. “A lei já prevê o benefício para casos de difícil provimento. Acho que a magistratura quer ter a possibilidade de implantar caso isso seja definido como uma verba legal. Mas não vejo que isso tenha o imediatismo como o que se está dando.”

CONTINUA

"Não abdicamos das nossas prerrogativas"

José Marcos Lopes

ENTREVISTA

GILBERTO GIACÓIA,
procurador-geral de
Justiça do Paraná.

Ivonaldo Alexandre/Gaze



Qual a sua análise a respeito de 2013 para o MP?

Enfrentamos grandes desafios. Veio com muita força nesse último ano a tentativa de reduzir o poder de investigação do MP. O posicionamento do MP é sempre muito claro: não abdicamos das nossas prerrogativas. No plano estadual, o governador deu um olhar atencioso. Havia uma defasagem, o porcentual orçamentário do Judiciário passou de 9% para 9,5% e o MP não acompanhou. O Judiciário instalou comarcas e varas, e cada uma precisa de um promotor. O atual governo acabou corrigindo em 0,1% ao ano, o que atenuou o problema.

A sociedade rejeitou a PEC 37 (que retirava o poder de investigação do MP). Ainda há clima para iniciativas como essa? Não tenho dúvida que, se a sociedade não tivesse saído

às ruas e incorporado à sua pauta a derrubada da PEC 37, ela teria sido aprovada.

Estabelecemos um marco divisório. A ação penal 470 (processo do mensalão) representa uma quebra de paradigma, uma ruptura desse caldo cultural da impunidade no Brasil.

A estrutura do MP está preparada para esse novo momento?

Temos um projeto ousado, oferecer apoio técnico tático operacional diferenciado para o combate a uma criminalidade não convencional: grandes fraudes, crimes financeiros e tributários, crime organizado. Para isso melhoramos nossos quadros, ampliou-se o número de promotores e de servidores. Também tivemos um ganho material, com investimento em tecnologia da informação. Criamos áreas específicas de habitação e urbanismo, um centro de apoio operacional para o tema da mobilidade. Estamos investindo em um novo modelo de Ministério Público criminal, começando por Curitiba. Outra grande área que mereceu destaque em 2013 foi o patrimônio público. Nunca se cobrou tanta transparência e tanta defesa do patrimônio público como agora. E estamos em um processo de gradativa eliminação do papel, do físico. Racionalizar a administração é um caminho sem volta.

O MP tem sido severo em relação aos ocupantes de cargos comissionados em câmaras de vereadores do interior. Como ficam a Câmara de Curitiba e a Assembleia Legislativa? Acompanhamos todo o processo de saneamento da

Assembleia. Limitamos o número de agentes políticos, procuramos estabelecer parâmetros, como local pré-estabelecido para o cumprimento da função, horário, relatório de atividades. Esta equação não é resultado da sua criatividade, mas de interpretação das leis e da jurisprudência dos tribunais superiores. Acho que a Câmara de Curitiba está ajustada às exigências.

11 JAN 2014

GAZETA DO POVO

ANÁLISE CONTINUAÇÃO

"Quem fiscaliza o fiscal?", questiona professor

O especialista em Direito Constitucional Egon Bockmann Moreira avalia que ações contra as gratificações incorporadas aos salários de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público teriam chance de prosperar. O problema, diz ele, é saber quem apresentaria as ações e quem as julgaria. "A grande figura [da ação] seria o Ministério Público. Esse é o grande problema: quem fiscaliza o fiscal?", questiona o professor do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para Moreira, o pagamento de gratificações contraria a Constituição Federal. "O regime salarial estabelecido pela Constituição, e depois pela emenda 19, de 1998, visava justamente a impedir a criação desses penduricalhos", afir-

ma. "Ocorre que o aumento de salário depende de lei, observado o teto dos ministros do Supremo, e esse aumento traz um efeito cascata. A técnica que vem se desenvolvendo no Brasil há décadas é inventar esses acréscimos decorrentes de algumas peculiaridades da função, como o auxílio-livro, por exemplo."

O professor questiona a forma como os benefícios são concedidos. "Esses órgãos se autorregulam e instituem vantagens. O Executivo e Legislativo não querem entrar em choque. O presidente do CNJ, por exemplo, é o presidente do Supremo. Não tem quem discipline o CNJ", diz. Moreira ainda questiona a paridade entre membros do Judiciário e do Ministério Público. "Não sei se existe uma paridade de direito positivo. Me parece que essa paridade é um dado, é criada, é resultado de interpretação." (JML)

NA PONTA DO LÁPIS

Gastos do MP-PR com a folha de pagamento:

> 2010: R\$ 337.679.112,73	> 2012: R\$ 450.350.924,04
> 2011: R\$ 444.563.903,59	> 2013: R\$ 499.960.292,34

Fonte: Portal da Transparência do governo do Paraná.

LUIZ EDSON FACHIN

2014: o ano que pode não acabar

Luiz Edson Fachin

Julgamentos trepidantes à vista, eleições no cardápio e reformas na pauta legislativa compõem um tripé reluzente do palco que se abre no ano que começa. Há, em verdade, um ínsito talento profético que emerge do simples fato de se ter um calendário com novo ano. Pode mesmo dar certo, mas é otimismo por mais realista que seja. A fé na vida, contudo, pode esconder muita coisa nas platitudes dos votos de bem-aventurança.

Ao menos três desafios conformam o script das esperanças no ano que começa: mais justiça e menos Judiciário como protagonista de espetáculos; mais Estado como gestor de transformadoras políticas públicas permanentes e menos governo como gerente retrospectivo do caos imediato; e mais responsabilidade cidadã e menos outorga de autonomia individual a messianismos de ocasião.

O primeiro é um imperativo da serenidade e agudeza com a qual deve se portar o julgador. Quando, na cena pública, o julgador se sobrepõe ao legislador há algo que merece atenção. Uma sociedade democrática se faz principalmente pelo respeito ao Estado de Direito que se funda na legalidade constitucional. Não pode o Legislativo ter um valor marginal, a reboque dos fatos.

É positivo o saldo da jurisdição constitucional brasileira. No entanto, a volatilidade dos julgamentos e as artes judiciárias na convivência com os demais poderes da República estão sob uma crítica observação.

O segundo desafio é de natureza estrutural. Cumpre extirpar o câncer do imediatismo e propor um espelho imagético para daqui dez ou vinte anos das atuações que serão, individual e coletivamente, levadas a efeito no ano recém-iniciado. Aqui, desem-

penha função central a atividade renovada pelos repertórios da linguagem das ruas e dos seres invisíveis que ainda transitam no Brasil contemporâneo sem pão nem abrigo. Ao Legislativo toca atender ao interesse da sociedade, à luz dos anseios majoritários e do respeito aos direitos das minorias.

A terceira perspectiva apontada concerne ao valor do “sal da terra”, à autodeterminação do sujeito como constituinte de sua própria história. Impende renovar a própria esperança. Alicerçá-la primeiramente dentro de si, fundando-a numa potencializada capacidade de renovação, sem outorgar essa possibilidade a um messiânico porvir. Não se deve subestimar a relevância do cidadão. Há espaço no Brasil que almejamos para um indivíduo social, ciente de suas responsabilidades (deveres e direitos, nessa ordem), como ator de uma nova realidade cuja identidade pressupõe o respeito à alteridade.

Há um desafio a vencer: a burocratização da esperança, óbice inercial para a sociedade que se quer edificar com liberdade e igualdade. É aí que calha ver um choque de plena cidadania e de republicanismo a fim de tornar ostensiva a face oculta da essência cultivada no Brasil como aparência.

Espera-se, para tanto, uma inspiração na “intensidade que ainda vibra”, para utilizar a expressão cunhada pelo genial Paulo Leminski, ao se referir como biógrafo à transformadora mensagem humanística do Jesus primitivo.

O ano deve terminar com o adimplemento dos deveres da esperança semeada para todos. 2014 precisa, mesmo, acabar bem, para o bem do Brasil.

Luiz Edson Fachin, advogado, professor titular da Universidade Federal do Paraná.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

A ilha de felicidade chamada Maranhão

Alberto Dines

Se acontecesse no Rio, São Paulo, Minas, Paraná ou Pernambuco os respectivos governadores já estariam enfrentando multidões na porta de suas casas e a indignação federal estaria no nível de comoção internacional.

Feliz ou infelizmente, o Maranhão — como Haiti — não é aqui. Está distante, longe do afluente sudeste, protegido pela modorra de um verão tão inclemente que torna penosa a composição de uma simples manchete expressando horror e revolta com o que acontece naquele paraíso.

Primeiro foi o cacique do clã e vice-rei do Brasil, José Sarney, afirmando que estava contida a violência nas prisões do estado governado pela filha querida, Roseana. Como a bandidagem de hoje também lê jornais e acessa a internet dos celulares mesmo atrás das grades, a violência ganhou as ruas de São Luiz num claro desafio ao imortal ficcionista. Incendiaram um ônibus, uma criança morreu queimada, sua mãe e irmã estão internadas sofrendo as severas consequências das queimaduras.

A patética desculpa do pai ex-presidente, inspirou a discípula ex-presidencial, que nesta quinta, ao lado de um ministro da Justiça envergonhado com aquela despuorada exibição de cinismo, teve o desprante de afirmar que a violência do Estado resulta do fato que o Maranhão “está mais rico”.

Acrescente-se que a viagem do ministro — uma das poucas ações federais nesta catástrofe humanitária — decorreu de uma veemente denúncia da ONU no dia anterior exigindo do governo brasileiro ações imediatas para a restauração da ordem e o respeito aos direitos humanos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na capital do Maranhão. A ação da ONU resultou da exibição mundial de um vídeo feito pelos próprios detentos mostrando a decapitação de três desafetos.

11 JAN 2014

Uma das vítimas, segundo o seu pai (que examinou o corpo no IML) recebeu pelo menos 180 facadas.

A charmosa Roseana se disse surpresa e chocada com o que se passa no seu quintal, porém, vem sendo advertida desde 2008 — há cinco anos! — pelo Conselho Nacional de Justiça e outros entes oficiais ou ONGs para os perigos da irrupção do vulcão.

Desta vez, a presidente Dilma não parece perplexa como aconteceu com a agitação junina. Ontem tuitou que está alerta. Tão alerta que determinou à brava ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que tomasse cuidado com suas indignadas falas e ações. Qualquer descuido — leia-se desagrado aos Sarney — poderá ser fatal. Estamos na temporada de reformas ministeriais, logo teremos eleições e Sarney é o grande eleitor, dono do PMDB, o mais importante aliado do governo.

O respeito aos direitos humanos já foi bandeira de grandes movimentações: no inexpugnável regime militar chegou a derrubar generais de quatro estrelas e até ministro da Guerra. Hoje virou moda de troca: você me apóia e eu esqueço que a guilhotina está funcionando dentro da Bastilha maranhense: Pedrinhas.

Neste Brasil entediado e satisfeito, estas Bastilhas não caem. A riqueza é tanta e tão bem distribuída que o terror e a violência já não contam. Nem produzem manchetes.

Alberto Dines é jornalista.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



» CRISE PENITENCIÁRIA

Paraná vai ajudar Maranhão a controlar crise carcerária

Felipe Anibal

Na próxima quarta-feira, a secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, e uma equipe de técnicos da pasta embarcam com destino ao Maranhão, onde auxiliarão o estado nordestino no controle da crise carcerária. Os paranaenses devem levar, principalmente, o Business Intelligence (BI), um software de gestão prisional desenvolvido aqui e que disponibiliza dados atualizados sobre o sistema penitenciário e fornece um perfil de cada detento.

O pedido de socorro partiu da governadora maranhense, Roseana Sarney, que telefonou a Maria Tereza, pedindo auxílio, sobretudo por causa dos bons resultados obtidos pelo Paraná a partir do BI. Com a ferramenta de gestão, em dois anos, o Paraná conseguiu reduzir em 2,5 mil o número de detentos em presídios (a população carcerária do estado caiu de 30,5 mil para 28 mil). O programa foi decisivo nos 25 mutirões carcerários realizados no estado, que libertou centenas de detentos que já haviam cumprido suas penas, mas que permaneciam presos.

O BI integra dados do Poder Judiciário, do Executivo e do Ministério Público Federal. A partir disso, o software traça um diagnóstico preciso do sistema prisional, além de fornecer um perfil de cada preso. Com isso, é possível agilizar o julgamento de pedidos de habeas corpus e a progressão do regime de prisão, além

Presos acusam Força Nacional de maus-tratos

“Desde que a Força Nacional chegou a gente vem sendo agredido. Eles estão atirando na gente direto com bala de borracha. Tratam a gente feito animais.” O relato foi por um preso via celular, de dentro do Complexo de Pedrinhas, em São Luís, o epicentro da crise penitenciária no Maranhão e cenário de mortes de 62 detentos desde o ano passado. O detento foi contatado por meio da mãe dele, que estava do lado de fora do presídio. O Ministério da Justiça já disse que vai investigar a denúncia.

A Força Nacional chegou ao presídio em outubro, após uma rebelião que terminou com 18 mortes, e permanecerá por mais dois meses. A Tropa de Choque da PM do estado também está no complexo.

Ontem, a Comissão de Direitos Humanos do Senado confirmou uma visita a Pedrinhas na segunda-feira. Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) disse que vai protocolar, nos próximos dias, ações civis contra os estados para que sejam tomadas providências sobre os presídios.

de informar as autoridades com antecedência sobre benefícios dos detentos. O sistema auxiliou nos 25 mutirões carcerários realizados no estado

O programa também tem finalidade preventiva. No ano passado, as forças de segurança do estado se valeram de informações do BI para neutralizar articulações de facções criminosas nos presídios, como o Primeiro Comando da Capital (PCC). A partir dos dados do programa, foi possível monitorar a atuação dos criminosos e aprofundar o serviço de inteligência.

A secretária Maria Tereza — que também é presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Justiça (Consej) — já apresentou o BI no Senado, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em todos os casos, tirou elogios rasgados. Em visita ao Paraná, em agosto do ano passado, a subprocuradora-geral da República, Raquel Dodge, classificou o BI como “o sistema mais moderno do país” em gestão prisional.

Maria Tereza não quis conceder entrevista, mas a assessoria de imprensa da Seju informou que a secretária deve passar o fim de semana analisando informações do sistema prisional maranhense e definir que outras experiências do Paraná podem ser exportadas ao estado nordestino. Até a próxima quarta-feira, ela deve ter finalizado o plano de trabalho.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» PROJETO

STF quer julgar ações contra parlamentares fora do plenário

As longas discussões durante os julgamentos — e a consequente baixa produtividade das sessões — têm incomodado ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A solução defendida por boa parte dos integrantes da corte é tirar do plenário a tarefa de julgar alguns tipos de processos, transferindo as causas para as duas turmas do tribunal, cada uma delas formada por cinco ministros, sem a participação do presidente, Joaquim Barbosa.

Estuda-se tomar essa medida, por exemplo, para inquéritos contra deputados e senadores. Eles ficariam sob a responsabilidade das turmas até a fase em que é preciso decidir se o caso será transformado em ação penal ou arquivado.

“Estão reclamando, e com razão, da demora nos julgamentos e da pequena quantidade de processos julgados nas sessões. Vai ter que se fazer alguma coisa. Não estamos conseguindo julgar as repercussões gerais, em que muitas pessoas dependem da decisão”, disse Gilmar Mendes.

Para a proposta virar realidade, é preciso mudar o Regimento Interno do STF, o que pode ser feito em sessão administrativa, se houver a concordância da maioria dos 11 ministros.

2.379
DECISÕES

foram tomadas no plenário do Supremo em 2013.

81.075
PROCESSOS

estão parados nos tribunais aguardando a posição do STF, devido à repercussão geral.

1 1 JAN 2014

GAZETA DO POVO

DIREITOS HUMANOS

Anúncio em site vende negro a R\$ 1; autor já foi identificado

Um anúncio postado no último final de semana, no site Mercado Livre, anunciava a venda de negros por R\$ 1. Após denúncia, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do governo federal, e o site conseguiram identificar o autor da publicação. As informações serão encaminhadas ao Ministério Público e a Polícia Civil do Rio de Janeiro, que investigarão o caso. Em nota, a secretaria disse que o autor pode ter como pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa, para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Segundo a secretaria, não haverá punições ao Mercado Livre. Em nota, o site de vendas afirmou que repudia o anúncio.

Mãe de Joaquim consegue habeas corpus e deixará Tremembé

O Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu habeas corpus à Natália Mingoni Ponte, 29, mãe do menino Joaquim Ponte Marques. Segundo o advogado dela, Nathan Castelo Branco, Natália deve sair da penitenciária de Tremembé (147 km de São Paulo) na segunda-feira. Joaquim foi encontrado morto no rio Pardo em Barretos em novembro do ano passado. A família morava em Ribeirão Preto, onde o corpo da criança, segundo a polícia, foi jogado no córrego Tanquinho. O marido de Natália, Guilherme Raymo Longo, 28, foi denunciado pela Promotoria por suspeita de homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver. Ele também está em Tremembé.

11 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Justiça devolve pontos de Fla e Lusa

Decisão modifica as sentenças do STJD, recoloca a Portuguesa na Série A e derruba o Fluminense para a Segunda Divisão

A 42.ª Vara Cível de São Paulo determinou ontem que a CBF devolva os quatro pontos retirados da Portuguesa e do Flamengo no Brasileirão de 2013, devido à escalção irregular do meia Héverton e do lateral André Santos, respectivamente. A decisão judicial modifica as sentenças do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de dezembro passado — ainda cabe recurso, que deve ser apresentado em dez dias. Com isso, a Lusa volta à Série A e o Fluminense está rebaixado.

O Rubro-Negro carioca foi o primeiro a ser beneficiado. Na manhã de ontem, o juiz Marcello do Amaral Perino concedeu liminar ao advogado Luiz Paulo Pieruccetti. No início da tarde, Daniel Neves, mestre e doutor em processo civil pela USP, deu entrada com um pedido especial solicitando que o juiz do processo do clube carioca fosse o mesmo para o caso da Lusa.

“Fui despachar alegando a conexão entre as ações. O fundamento é o mesmo: o Estatuto do Torcedor. Mas é uma liminar que cabe recurso. De toda forma, a Portuguesa vai dormir na Série A”, explicou Daniel Neves.

Segundo a assessoria do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), o juiz Marcello do Amaral Perino entendeu que, nos dois casos, a decisão do STJD desrespeitou o artigo 35, “caput”, e parágrafo 2.º do Estatuto do Torcedor, que trata da publicidade da suspensão dos atletas. Tanto para Portuguesa quanto para o Flamengo, a publicação da suspensão dos jogadores foi feita depois dos jogos válidos pela última rodada do campeonato.

“Nós sabíamos que a Portuguesa não seria prejudicada se o julgamento fosse feito de maneira técnica. Era uma questão de tempo para que o Estatuto do Torcedor fosse respeitado no nosso caso”, disse Orlando Cordeiro de Barros, vice-presidente do departamento jurídico da Lusa.

O descumprimento do Estatuto do Torcedor também é a base jurídica de um inquérito civil aberto pelo Ministério Público de São Paulo na quarta-feira. A Promotoria do Direito do Consumidor entendeu que houve irregularidade na punição da perda de quatro pontos imposta à Portuguesa.

Agora, a CBF e o STJD têm dez dias para apresentar esclarecimentos ao promotor do caso. E representantes da Portuguesa já foram convocados para uma audiência no dia 22 de janeiro. Se os quatro pontos não forem devolvidos, o MP deve entrar com Ação Civil Pública contra a entidade e o tribunal.

Como as liminares concedidas à Portuguesa e ao Flamengo permitem recurso, a batalha judicial pode criar uma situação complexa. Há, inclusive, a possibilidade de a CBF realizar o Brasileirão de 2014 com 24 clubes. No entanto, o diretor jurídico da entidade, Carlos Eugênio Lopes, descarta essa opção. “Isso não vai acontecer. De jeito nenhum.”

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» POLÊMICA

Prova para Técnico Judiciário do TJ-PR segue sem data

Edital foi divulgado há seis meses, mas candidatos continuam sem saber quando exame será aplicado

Cíntia Junges

Quase 65 mil inscritos aguardam a data da prova do concurso público do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para o cargo de Técnico Judiciário. Cinco meses após o fim das inscrições, ainda não há definição sobre o dia da prova e sobre a instituição que vai realizar o concurso. Ao todo, são 160 vagas de nível médio com salário de R\$ 5.029,41.

O Tribunal de Justiça do PR (TJ-PR) disse que a prova deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, mas não informou o mês e o dia. De acordo com o TJ-PR, houve dispensa do processo de licitação para a contratação da organizadora do concurso, que ainda não foi escolhida. Um dos nomes citados é o da Universidade Federal do Paraná (UFPR), responsável pela realização de editais do TJ-PR em outras modalidades. Ainda segundo infor-

mações do tribunal, não há como prever a possibilidade de cancelamento do edital, embora tudo esteja transcorrendo normalmente para a realização da prova.

Enquanto a data oficial não sai, os cursos preparatórios trabalham com a data provável de 23 de fevereiro, mas o TJ-PR não confirma a informação. As inscrições foram abertas no dia 25 de julho e terminaram em 8 de agosto. Logo após a criação da Comissão do Concurso, formada por membros do tribunal, em meados de setembro, houve a polêmica saída do então presidente do TJ-PR, Clayton Camargo. Desde então, o edital ficou parado.

Quase 65 mil pessoas estão inscritas no concurso, o que significa, em média, 406 candidatas por vaga. Contudo, a concorrência pode diminuir após a publicação do edital com as inscrições confirmadas e indeferidas, sobretudo pelo não pagamento da taxa de R\$ 100. Também não há previsão para a divulgação da lista.

Desmotivação

Segundo Ana Paula Liberato, coordenadora do curso preparatório Ordem Mais, a incerteza sobre a data da prova e sobre a organizadora do concurso fez mui-

tos candidatos desistirem da preparação. Desde a publicação do edital, em julho do ano passado, foram abertas 16 turmas com foco no concurso para Técnico Judiciário do TJ-PR. Atualmente, quatro turmas continuam firmes, apesar do número reduzido de participantes. "A nossa percepção sobre o desmotivação dos candidatos é numérica. Antes as turmas tinham 100, 200 alunos e agora têm pouco mais de 50", diz Ana Paula.

Para os candidatos, saber quem será a organizadora do concurso é tão importante quanto conhecer a data da prova, ressaltava Ana Paula. "Dependendo da instituição que realiza o concurso, muda todo o rumo da preparação", diz.

406 CANDIDATOS POR VAGA

é a concorrência do concurso, que tem 65 mil inscritos disputando 160 postos. Índice pode diminuir após a publicação do edital com as inscrições confirmadas e indeferidas.

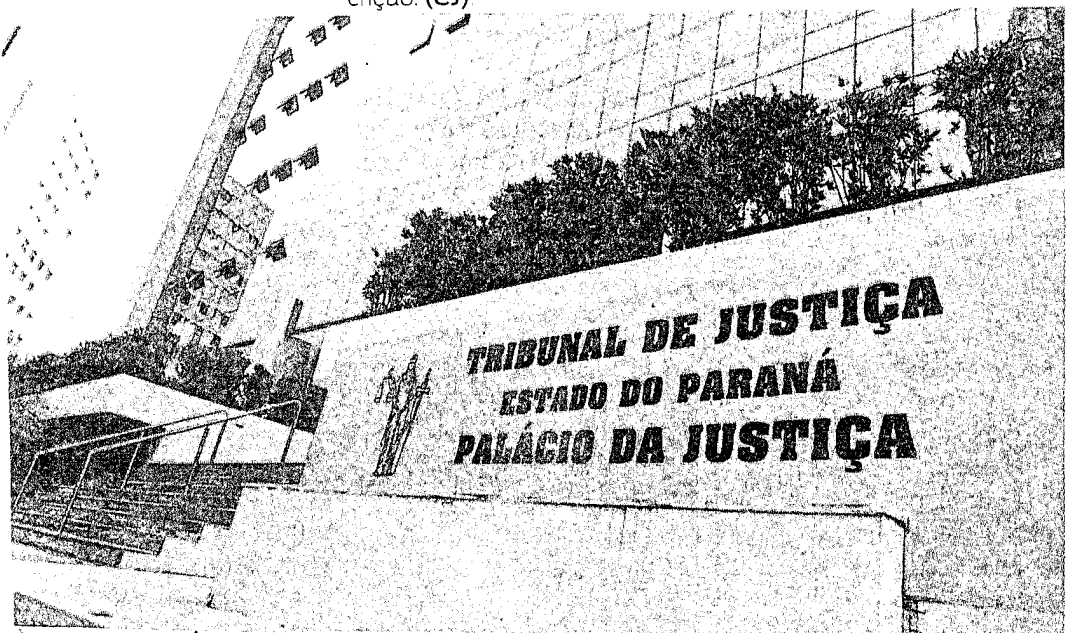
CONTINUA

12 JAN 2014 GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO SEM ARREPENDIMENTO

**Taxa só é devolvida se
edital for cancelado**

Segundo a advogada Rosângela Wolff Moro, especialista em causas de concurso público, quando se trata de concurso público o edital é a sua lei e deve ser cumprido obrigatoriamente pelos candidatos. Isso vale também para a devolução da taxa de inscrição. "Os editais preveem que não haverá devolução das taxas de inscrição pagas pelos candidatos. Essa previsão é reconhecida como lícita pelo Judiciário, até porque há uma despesa envolvida para custear todo o certame. Portanto, se é o candidato que desiste do concurso, ele não tem direito à restituição", diz Rosângela. A única exceção, segundo a advogada, ocorre quando o concurso é anulado. Neste caso, deve ser devolvido ao candidato o valor da taxa de inscrição. (CJ)



Quase 65 mil candidatos se inscreveram no concurso, mas não sabem quando vão fazer a prova.

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» SEPARAÇÃO

Partilha mais justa no divórcio de ricos

A blindagem do patrimônio de casais ricos, que tentam fugir de impostos, se tornou um tiro no pé na hora da separação. Bens são colocados em nomes de laranjas e empresas de fachada e podem deixar sem nada cônjuges que tinham uma vida de luxo.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu um precedente, no fim do ano passado, para que a parte lesada recupere carros, imóveis e contas bancárias que foram parar em nome de uma pessoa jurídica. Segundo especialistas, essa é uma das artimanhas mais comuns para ocultar ou se desfazer de bens antes da partilha. A simulação prejudica também quem precisa ir atrás da pensão, mas não consegue provar a fortuna de quem se recusa a pagar.

“Se o marido era rico e agora não é, a primeira coisa a fazer é olhar a contabilidade da empresa dele, escrita em idioma que os mortais não entendem”, explica o professor de Direito Societário da Universidade Fumec, em Minas, Gladston Mamede. As pessoas lesadas, segundo a advogada Clarissa Bernardo Campos, em geral, são “mulheres com vida bastante confortável, sem preocupações, que confiam plenamente no marido”.

Motorista embriagado que causar morte poderá perder o veículo

A Câmara analisa o projeto de lei do deputado Fabio Trad (PMDB-MS) que pune com a perda do veículo o motorista condenado por homicídio culposo no trânsito que tenha praticado o crime alcoolizado ou sob a influência de drogas. As informações são da Agência Câmara Notícias. A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro, que já pune com detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir nos casos de homicídio culposo. O código também prevê detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição da carteira de motorista para quem dirigir sob efeito de álcool ou drogas. Fabio Trad ressalta que a pena de perdimento de bens já é prevista na Constituição. Para ele, o acréscimo dessa norma à legislação de trânsito deve diminuir o número de homicídios cometidos por pessoas embriagadas ou drogadas, e facilitar a indenização das vítimas, ao reter os veículos usados nos crimes.

CADEIRA DE RODAS

A Justiça Federal determinou que a Agência Nacional de Aviação Civil exija o transporte “gratuito e incondicional” de cadeiras de rodas nas aeronaves de companhias aéreas brasileiras. O Ministério Público Federal em São Paulo moveu a ação civil pública após uma mulher reclamar que era obrigada a pagar pelo transporte da cadeira do filho. À Anac será notificada na próxima semana.

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

**Reinaldo
Bessa**

Tecendo a liberdade

A empresária Yrit Czerny recebeu uma bela notícia na sexta-feira. Um assessor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ligou para informá-la que o órgão federal, presidido pelo ministro Joaquim Barbosa, também presidente do Supremo Tribunal Federal, outorgou o selo do Programa Começar de Novo à sua malharia Lafort. A empresa foi contemplada por empregar mão de obra carcerária feminina em sua linha de produção há três anos.

•••

Atualmente cerca de 20 detentas que cumprem pena na Prisão Feminina de Piraquara fazem os acabamentos e a customização das peças que abastecem grifes renomadas em todo o país.

**Elio
Gaspari**

De olho

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Coêlho, é candidato a uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Espera que o senador José Sarney ajude a levar seu pleito à doutora Dilma.

FRASE DA SEMANA

“(Processos de corrupção) são ações mais difíceis e problemáticas de serem julgadas porque geralmente envolvem várias pessoas dificultando o andamento.”

Tadaaqui Hirose, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) sobre o baixo desempenho da Justiça paranense em casos de corrupção.

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA NO MARANHÃO

“Presídios são passagem pelo inferno”

Felippe Anibal

ENTREVISTA

WADIH DAMOUS, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos da OAB

As 62 mortes ocorridas desde o ano passado dentro do Complexo de Pedrinhas, no Maranhão, os presos decapitados e as denúncias de estupros de mulheres dos detentos não surpreenderam o presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadih Damous. Causaram-lhe indignação. Principalmente por causa da letargia do governo maranhense, que não se antecipou à tragédia anunciada. Na próxima semana, o advogado pretende vistoriar o presídio e acompanhar in loco os desdobramentos da crise nas penitenciárias do estado governado por Roseana Sarney. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, ele classificou os presídios brasileiros como “passagem pelo inferno” e defendeu que todo o sistema seja repensado.

Os presídios brasileiros têm condições de ressocializar os presos, de reinseri-los na sociedade?

Os presídios brasileiros não estão organizados neste sentido. Pelo contrário. O que se vê é que os presídios são

“Decapitação e estupros de mulheres de presos é algo peculiar do Maranhão. É uma situação que ultrapassa qualquer limite do aceitável e que precisa ser enfrentada imediatamente.”

uma passagem pelo inferno. Os presos de baixa periculosidade saem de lá delinquentes profissionais. Este episódio do Maranhão está mostrando que é preciso repensar todo o sistema prisional brasileiro.

As notícias sobre o que vem acontecendo no complexo de Pedrinhas surpreenderam a comissão ou já se tinha indícios de que a situação poderia chegar a este patamar?

A mim, causa indignação. Surpresa, não. No Maranhão, não é a primeira vez que isso acontece. Em 2011, na penitenciária da cidade de Pinheiros, houve episódio de presos decapitados. Ao longo dos anos, não houve investimentos em presídios. O Maranhão é o estado da federação mais atrasado e a omissão de suas autoridades públicas ficou bastante evidente neste episódio. Mas surpreender, não surpreendeu, não.

Nos outros estados, as condições são parecidas com as dos presídios do Maranhão?

A situação dos presídios do Brasil é calamitosa. No ano

passado, o próprio ministro da Justiça [José Eduardo Cardozo] fez um discurso nesse sentido, dizendo que nossos presídios mais parecem masmorras da Idade Média. Existem maus tratos a presos, péssimas condições de instalação, superlotação... O padrão nacional todo mundo conhece. Agora, o Maranhão está em um patamar abaixo. Decapitação e estupros de mulheres de presos é algo peculiar do Maranhão. É uma situação que ultrapassa qualquer limite do aceitável e que precisa ser enfrentada imediatamente.

Sempre que acontece algo grave em presídios, os governantes optam por transferir presos a outros estados. O Maranhão já anunciou transferências. Isso resolve?

A vida tem mostrado que não. Mesmo no Maranhão, há vozes discordantes em relação a essa medida. É algo adotado apenas para dar uma satisfação à opinião pública, mas é uma satisfação superficial. Claro que isso não vai resolver o problema das penitenciárias maranhenses.

CONTINUA

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O senhor vê perspectivas de mudanças no médio prazo?

Eu espero. Até porque no Brasil se tem uma cultura de tomar providências só depois que as tragédias acontecem. Então, eu espero que essas tragédias do Maranhão sirvam de alerta às nossas autoridades, para que se comece efetivamente a tomar providências em relação à situação em nossos presídios.

“O Maranhão é o estado da federação mais atrasado e a omissão de suas autoridades públicas ficou bastante evidente neste episódio.”

GAZETA DO POVO

Veríssimo

O descaso

12 JAN 2014



Ilustração: Felipe Lima

Esse horror na penitenciária do Maranhão é apenas um exemplo extremo do descaso com que são tratados os apenados no Brasil. Em geral, as prisões brasileiras são sucursais do inferno, e tem sido sempre assim, não importa quem governe. O que leva a pensar se não existe, por trás da insensibilidade hereditária, outra razão para o horror. Verbas para o sistema penitenciário estão tradicionalmente entre as últimas prioridades do país, o aumento da criminalidade lota prisões inadequadas, esquecidas pelo poder público, mas não é só isso. Haveria outra lógica, inconsciente, mas não menos culpada, justificando o descaso. Chamar as prisões de infernos, como é comum, nos dá uma pista do que seja essa outra lógica. De acordo com a cosmogonia cristã, o inferno é para onde vão os pecadores — para sempre. Pecadores não merecem perdão nem compaixão, seu sofrimento é contínuo e eterno. Existiria a convicção, nunca reconhecida mas prevalente, de que bandido tem de sofrer mesmo, que deveria ter pensado no que o esperava no inferno da prisão antes de cometer seu pecado, e que a sociedade não lhe deve a consideração que daria a um animal.

Qualquer discussão sobre direitos humanos sempre empaca na questão dos limites de consideração que merece um criminoso. É comum acusarem os que se preocupam com os direitos humanos de qualquer humano, mesmo os criminosos, de ignorarem os direitos humanos das suas víti-

mas. O que é um falso silogismo. Todo humano é humano antes de ser qualquer outra coisa, inclusive um monstro. Na questão de como castigar o criminoso é que seguidamente se sente, disfarçada ou não, a nostalgia da velha e boa, e acima de tudo simples, cosmogonia: o céu para os bons, o inferno e todas as suas agonias para os maus. Presos amontoados, matando-se uns aos outros — é pena, mas quem mandou serem maus?

Penitenciárias superlotadas e violentas não são vergonhas só brasileiras, claro. O problema de como alojar apenados, tratá-los como gente e se possível reabilitá-los é internacional. Mas as cenas da barbárie no Maranhão mostraram um grau de selvageria provocado por pelos anos de indiferença que espantou o mundo. Chegamos a isso. Somos os campeões do descaso e das suas consequências.

12 JAN 2014

GAZETA DO POVO

TSE tira poder do MP sobre crimes eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tirou do Ministério Público (MP) o poder de pedir a instauração de inquéritos policiais para investigação de crimes nas eleições deste ano. A partir de agora, promotores e procuradores terão de pedir autorização à Justiça Eleitoral para abrir uma apuração de suspeita de caixa dois, compra de votos, abuso de poder econômico. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Até a eleição de 2012, o TSE tinha entendimento diferente. As resoluções anteriores que regulavam as eleições diziam: "o inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante requisição do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral". Para o pleito de 2014, os ministros excluíram o MP do texto.

O relator da nova norma, ministro José Antonio Dias Toffoli, afirmou que o tribunal mudou o entendimento por duas razões: processos que não tinham o aval inicial da Justiça estavam sendo anulados; outra razão, garantir maior transparência.

Já o atual presidente do tribunal, ministro Marco Aurélio Mello, foi o único contrário à restrição ao considerar que "o sistema para instauração de inquéritos não provém do Código Eleitoral, mas sim do Código Penal, não cabendo afastar essa competência da PF e do MP".

Post racista pode implicar plataforma

Postagens de conteúdo ofensivo ou preconceituoso em sites, blogs e redes sociais — como no caso recente envolvendo o site de vendas MercadoLivre, que no último domingo teve postado um anúncio vendendo negros a R\$ 1 — podem gerar responsabilidade para os administradores dessas plataformas. O alerta é do advogado Leonardo Ranna, especialista em direito de internet. As informações são da Agência Brasil. “Se eles [administradores dos sites] não conseguem controlar previamente, para não ofender ninguém, devem ser responsabilizados pelo dano do ponto de vista cível. Tanto o Ministério Público pode processar o MercadoLivre, quanto alguém que se sentiu ofendido pode buscar indenização”, disse o advogado.

A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pediu ao MercadoLivre a identificação do autor da postagem e deve enviá-la ao Ministério Público do Rio de Janeiro amanhã. O MercadoLivre informou que a plataforma é monitorada diariamente pelos administradores e que disponibiliza um botão de denúncia para os usuários informarem sobre conteúdos inadequados.

JUSTIÇA

CBF critica liminar que revoga decisão do campo

As liminares que revogam as punições do STJD contra Flamengo e Portuguesa foram alvo de críticas da CBF ontem. Em nota, a entidade apresentou outras 12 ações sobre o caso em que prevaleceu seu posicionamento. Os clubes foram punidos com a perda de quatro pontos por escalar jogadores suspensos. A Lusa acabou sendo rebaixada, evitando o descenso do Fluminense. Em processos movidos por um torcedor de cada clube, a 42ª Vara Cível, em São Paulo, determinou a devolução dos pontos, alegando que a decisão da justiça desportiva desrespeitou o Estatuto do Torcedor.

13 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Justiça Federal

barra revisão

da anistia

Judiciário vem rejeitando tentativas do MPF de punir agentes de estado acusados de cometer crimes durante o regime militar

SÃO PAULO
Agência Estado

A Justiça Federal está barrando as tentativas do Ministério Público Federal (MPF) de punir agentes de estado acusados de cometer crimes durante o período da ditadura. A tese defendida pelos procuradores federais de que determinados crimes, como o sequestro e a ocultação de cadáver, são considerados permanentes e não foram beneficiados pela Lei da Anistia de 1979 não encontra receptividade entre juízes federais.

Desde que foi criado, há dois anos, o Grupo de Trabalho Justiça de Transição, vinculado à 2.ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, apresentou sete denúncias à Justiça Federal, envolvendo o sequestro de militantes políticos que se opunham à ditadura e o crime de ocultação de cadáver. Desse total,

apenas três ações estão em andamento, patinando ainda na 1.ª instância; duas foram rejeitadas; uma aguarda a definição de um pedido de habeas corpus; e a sétima ainda não teve o mérito apreciado.

Em suas manifestações, os juízes têm rejeitado a tese dos procuradores de que os crimes têm caráter permanente e, portanto, não foram anistiados. Eles também não aceitam as referências a cortes internacionais, segundo as quais crimes contra a humanidade não prescrevem e não podem ser anistiados.

Os magistrados indicam sempre que se orientam pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O que mais citam é o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O que se questionava naquele julgamento era o benefício da anistia para agentes de estado envolvidos em casos de violações de direitos humanos. O STF rejeitou os argumentos da OAB e revalidou a interpretação de que a lei beneficiou tanto as vítimas de perseguições quanto perseguidores.

Os procuradores já previam, por manifestações anteriores às denúncias, a resistência dos juízes. Eles deviam, porém, continuar insistindo. O objetivo é levar a

questão de volta ao STF, para debatê-la à luz da decisão da Corte Interamericana.

Além da barreira dos juízes, os procuradores também enfrentam dificuldades para obter provas suficientes para sustentar as denúncias. Quando o grupo de trabalho foi criado, imaginava-se que o número de denúncias seria bem maior do que as sete apresentadas até agora.

Araguaia

Numa recente decisão envolvendo o coronel da reserva Sebastião Curió e a Guerrilha do Araguaia, o desembargador Olindo Menezes, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, afirma que o que a corte internacional definiu foram investigações destinadas apenas a “propiciar o conhecimento da verdade histórica”. Isso não significa, diz ele, “abertura de persecução penal em relação a (supostos) fatos incluídos na anistia da Lei n.º 6.683, de 19 de dezembro de 1979”.

Ainda segundo Menezes, a tese do crime permanente é “engenhosa”, mas não se sustenta, devido a dois fatores: “Falta de justa causa para a ação penal, por um (anistia) ou por outro (prescrição) fundamento”.

Curió foi denunciado pelo sequestro de cinco guerrilheiros, cujos corpos nunca foram encontrados.

GAZETA DO POVO

Paulo
Briguet

13 JAN 2014

A menina do Maranhão

Alguns dizem que o mundo começou a acabar há 100 anos, em 1914, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Situo a efeméride apocalíptica um pouco antes: em 1789, com a Revolução Francesa. Quando ouvi falar nos presos decapitados do Maranhão, lembrei-me imediatamente do Terror jacobino, que acabou por levar à guilhotina até mesmo líderes revolucionários como Robespierre, Danton e Saint-Just. Cortadores de cabeças quase sempre agem a serviço de uma causa, partido ou facção.

Pensei nos presos sem cabeça, pensei nos jacobinos sem piedade, mas pensei mais ainda na menina Ana Clara, de seis anos, que morreu queimada no ataque a um ônibus em São Luís. Fiquei imaginando o terror que a pequena maranhense sentiu ao perceber que estava cercada pelas chamas. Essa imagem não me sai da cabeça.

Para cumprir a vontade de bandidos, Ana Clara foi queimada viva, como aqueles dois dentistas em 2013. Não por acaso, o fogo está presente em muitas atrocidades nacionais. A montanha de 50 mil assassinatos — um morto a cada dez minutos — é a imensa fogueira que o Brasil vem atijando há muito tempo. Uma fogueira de morte, poder, vício, egoísmo, arrogância, estupidez, servidão, impunidade. A fogueira onde a lei e a moral viram cinzas. Meu temor é que o ônibus queimado de Ana Clara se transforme em símbolo de nosso tempo — e que o Brasil vire um imenso Maranhão.

O fogo está sempre nas manifestações de rua contemporâneas, nas quais o coquetel Molotov virou equipa-

mento básico. Enquanto o fogo não aparece, os ativistas do caos usam sprays de pichação. Há uma perigosa proximidade, uma fronteira ínfima, entre um ônibus pichado e um ônibus queimado.

Graças a Deus, poucos pichadores se tornarão assassinos. Mas todos já são vândalos. E, em geral, os homicidas começam praticando o vandalismo. Antes de matar judeus, os nazistas quebraram-lhes as lojas. Antes de matar kulaks, os comunistas confiscaram-lhes as terras. Aqueles que não reconhecem o direito humano à propriedade acabam, cedo ou tarde, por não reconhecer o direito humano à vida. No país da montanha de 50 mil mortos, um a cada dez minutos, essa metamorfose do mal menor em mal absoluto pode ocorrer a qualquer instante.

Em Londrina estão organizando protestos contra o aumento nas tarifas de ônibus. Eu só espero que os manifestantes não resolvam destruir coisas, porque este é sempre o primeiro passo para destruir pessoas. Antes de fazer fogo, lembrem-se da menina do Maranhão

13 JAN 2014

» JUSTIÇA **GAZETA DO POVO**
Minas e Mato Grosso do Sul
querem adotar home office

! Anunciado na semana passada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), o sistema de *home office* também está em estudos no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul. O modelo em que o servidor trabalha parte do tempo em casa ainda não é oficial em nenhum Judiciário estadual. Além disso, 24 das 27 cortes informaram que nem sequer avaliam a adoção. Em São Paulo, a liberação dos funcionários para trabalhar dois dias da semana em casa terá caráter experimental e ainda não há detalhes sobre a operação.

Adepto da ideia, o presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS), Joenildo Chaves, vê o sistema como consequência “natural” do avanço tecnológico. “E vai ao encontro do objetivo de reduzir gastos”, diz. O Judiciário de MS não tem previsão de adoção do “home office”, mas ele diz que, por ora, analisará pedidos de servidores caso a caso.

No DF, o TJ trabalha em uma norma para regulamentar o sistema, que já é testado em projeto-piloto e deve entrar em vigor ainda este ano. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) afirma ser a favor de medidas que aumentem a eficiência da Justiça, mas que ainda pretende analisar casos concretos.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) segue a mesma linha e afirma querer “compreender melhor” o modelo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diz ainda não ter estudado o tema.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE), Luiz Gerardo Brígido, o sistema acaba sendo consequência da “falta de espaço físico” nas cortes e, para funcionar bem, precisa de acompanhamento de chefias “para garantir mais produtividade e qualidade do serviço”.

Jornada informal

Apesar de ainda não existir *home office* formal nos TJs, há cortes que permitem o trabalho em casa. Na Bahia, servidores que preparam votos para desembargadores possuem essa prerrogativa, que não substitui a carga horária presencial.

13 JAN 2014

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Salários 1

Sobre a matéria "Reajuste no salário do STF gera efeito cascata no poder público do PR" (**Gazeta**, 9/1) nossas autoridades vivem num mundo só deles, num mundo em que salários de R\$ 20 mil são algo normal. Enquanto isso, o salário mínimo não dá para as pessoas viverem. Não creio que nenhum destes senhores mereça tudo isso. Nossas autoridades acham que o dinheiro público nasce em pé de couve! Acho que deveremos sair à rua novamente para acabar com esses salários de marajás.

Marcelo Martins, analista de suporte

Salários 2

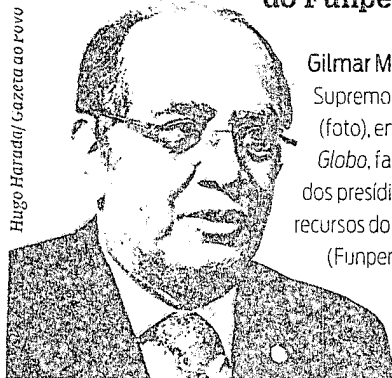
O salário de autoridades neste país não é justo porque as ditas autoridades não trabalham; mal e mal mandam os outros trabalhar. E os incisos XIII e XIV do artigo 37 da Constituição Federal vedam, explicitamente, tanto a vinculação quanto a existência do "efeito cascata" para fins de remuneração no serviço público. Portanto, esses aumentos seriam inconstitucionais.

Álvaro Malaguini

ENTREVISTA

"Eu tenho a impressão de que há recursos (...) É preciso apenas dar prioridade. É impensável que, no quadro atual de superlotação dos presídios, nós tenhamos contingenciamento de verbas do Funpen."

Hugo Harada / Gazeta do Povo



Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) (foto), em entrevista ao jornal *O Globo*, falando sobre a situação dos presídios no Brasil e os recursos do Fundo Penitenciário (Funpen).

13 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CRIMES DE CORRUPÇÃO

Tribunais têm até dia 30 para informar o julgamento

O crime de corrupção que deverá ser entregue ao CNJ pertence a Meta 18 de 2013

Os tribunais têm até o próximo dia 30 para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados finais sobre o cumprimento da Meta 18 de 2013, que estabeleceu prioridade para o julgamento de todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos até o final de 2011. Somente após o recebimento dos dados, o CNJ fechará o balanço de 2013, informou Ivan Bonifácio, diretor do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

De acordo com os dados disponíveis até o momento, os tribunais cumpriram apenas 54,51% da meta, indicando que parte dos processos que deveriam ser julgados em 2013 ficou para este ano. Dos 37 órgãos envolvidos na meta, 8 superaram 75% de cumprimento.

Ivan Bonifácio comentou que, segundo as informações prestadas pelos Tribunais, em números relativos a Justiça Federal obteve melhor desempenho que a Justiça Estadual, uma vez que julgou em média 70% (21.659) do acervo pendente de Julgamento, com destaque para o TRF da 3ª Região, que cumpriu 87% da meta, representando a solução de 4.828 processos. Esse Tribunal abarca os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A Justiça Estadual, por sua vez, julgou em média apenas 50% dos processos pendentes, mas solucionou mais casos que a Federal: 38.666. Entre os Tribunais de pequeno porte, o destaque, até o momento, é o TJ do Amapá, que cumpriu 95% da meta, solucionando 744 feitos. Já o TJ do Rio de Janeiro é o que figura com melhor desempenho entre os Tribunais de grande porte, ao julgar mais de 4 mil processos em 2013, cumprindo 73% da meta.

A Justiça Militar Estadual apresentou melhor performance relativa, julgando 95% dos processos contemplados pela meta, com a resolução de 705 ações judiciais.

Em 2014, a meta inclui o compromisso de julgar os processos de improbidade e contra a administração pública distribuídos até 2012, denominada Meta 4.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 mantém bloqueio de bens em ação de improbidade que investiga convênios da prefeitura de Bagé (RS)

13 JAN 2014

O desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), manteve em vigor nesta semana a liminar da Justiça Federal de Bagé (RS) que determinou a indisponibilidade de todos os bens do prefeito de Bagé, Luís Eduardo Dudu Colombo dos Santos, do ex-prefeito Luiz Fernando Mainardi, atual secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do RS, e de outras seis pessoas, réus na ação de improbidade administrativa movida pelo MPF

A decisão foi tomada em dois recursos (agravos de instrumento) interpostos por Mainardi e pelo ex-reitor da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) Francisco Arno Vaz da Cunha. O desembargador Aurvalle apenas determinou,

para esses dois réus, a exclusão da ordem de remoção a um depósito público dos bens móveis de valor superior a R\$ 3 mil. Assim, esses bens poderão ser utilizados por Mainardi e Cunha, mas não poderão ser vendidos, por exemplo.

Diante de indícios de enriquecimento ilícito, suficientes para justificar o ajuizamento da ação civil pública, "está autorizada a indisponibilização dos bens dos autores do ato tido como ímprobo", considerou Aurvalle.

Entretanto, Aurvalle entendeu que a determinação de remoção dos bens móveis com valor superior a R\$ 3 mil nesse momento do processo ultrapassa o decreto de indisponibilidade, o qual não deve, em princípio, restringir o direito de uso dos mesmos.

Juiz é quem decide forma de pagamento de pensão

É o juiz quem tem a prerrogativa de decidir se o pagamento de pensão será feito em parcela única ou mensal, levando em consideração fatores como a situação econômica das partes e o impacto financeiro que a condenação terá na empresa. Com base nesse argumento, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu (não entrou no mérito) do recurso interposto por um electricista que queria receber a pensão de uma só vez.

O electricista foi à Justiça contra a Companhia Iguaçu de Café Solúvel depois de sofrer um acidente. Quando subia as escadas da fábrica, ele perdeu as forças de uma das pernas e caiu de um painel. Foi diagnosticado com uma lesão na cartilagem do joelho e, mesmo tendo alertado a empresa que suas funções eram incompatí-

veis com o uso de escadas, foi mantido no mesmo cargo até junho de 2006. Requereu o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 180 mil, além de pensão pela perda da capacidade laborativa.

A empresa afirmou em contestação que, no desempenho das atividades, o electricista não executava esforços repetitivos nos joelhos, ombro e cotovelo, não sendo o trabalho a causa da doença contraída por ele.

A Vara da Justiça do Trabalho de Cornélio Procópio (PR), isentou a empresa de indenizar pelo acidente por entender que não havia relação entre a doença e a atividade de electricista.

O trabalhador recorreu do julgado ao TST, mas a Quinta Turma não conheceu do pedido sob a justificativa de que a decisão está em consonância com a jurisprudência do Tribunal.

13 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ divulga calendário de sessões ordinárias para 2014

A primeira sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2014 ocorrerá no dia 11 de fevereiro. A data consta no calendário de julgamentos previstos para o primeiro semestre deste ano, divulgado no portal do órgão na internet. Nesse período, o Plenário terá 10 encontros para julgar os mais de 5.400 processos atualmente em tramitação, dentre os

quais Procedimentos de Controle Administrativos, Procedimentos Administrativos Disciplinares e Pedidos de Providências.

O calendário das sessões ordinárias referente à primeira metade do ano foi definido pela Portaria nº 166, de 13 de setembro do ano passado. O documento foi assinado pelo presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa. O primeiro en-

contro ordinário de 2014 será o de número 182º. Segundo o Regimento Interno do Conselho, a pauta de julgamentos deverá ser publicada até 48 horas antes da sessão.

Em 2013, o Plenário realizou 24 sessões, sendo duas delas extraordinárias, conforme estabelecido em portarias específicas. Nos encontros, os conselheiros do CNJ debateram e julgaram 852 processos.

Liminar suspende corte em proventos de servidor aposentado

Ao deferir pedido de liminar no Mandado de Segurança (MS) 32684, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os efeitos de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que havia considerado indevida a incorporação do percentual de 28,86% aos proventos de um professor aposentado da Universidade Federal de Mato

Grosso (UFMT).

De acordo com os autos, o percentual foi definitivamente incorporado aos vencimentos do professor em março de 1996, quando transitou em julgado sentença proferida pelo juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso.

O ministro destacou que sentença transitada em julgado só pode ser reformulada por meio de ação

rescisória. Apontou ainda que a jurisprudência do STF tem reconhecido "ser integralmente oponível, ao Tribunal de Contas da União, a autoridade da coisa julgada, cuja eficácia subordinante, desse modo, não poderá ser transgredida por qualquer órgão estatal".

O relator ressaltou que o TCU não dispõe de poder para rever decisão judicial rodada em julgado;

Situação de presídios

expõe

11 JAN 2014

guerra contra a pobreza

ENQUANTO PODEROSOS SE PREOCUPAM COM O PRÓPRIO UMBIGO, POBRES VÃO PARA CADEIA, DIZ EX-DIRETORA DE PRISÕES DO RIO

ELEONORA DE LUCENA
DE SÃO PAULO

Quem é preso e morto são os pobres, os negros, os favelados. O que existe é uma guerra contra a pobreza. Quem tem poder na sociedade está preocupado com o seu próprio umbigo. Corações e mentes não se mobilizam pela questão penitenciária.

Essa é a questão de fundo da crise exposta no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, na análise da socióloga Julita Lemgruber, 67.

Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, ela foi diretora-geral do sistema penitenciário do Rio de 1991 a 1994.

Para ela, a superlotação das prisões, combustível para as tragédias, ocorre pelo estrangulamento do sistema: muitos estão presos provisoriamente de forma ilegal e outros tantos não conseguem livramento condicional.

“Essa máquina não funciona e é perversa”, diz.

Folha - Como a sra. avalia a situação no Maranhão?

Julita Lemgruber - A superlotação é combustível certo para tragédias. A situação do Maranhão é limite: presos são tratados com extrema crueldade. Isso naturalmente provoca uma ebulição interna, que acaba transbordando para fora dos muros.

Por que há superlotação?

Ela é resultado de dois problemas, um na entrada e outro na saída. Um percentual enorme de presos provisórios está preso ilegalmente.

No Rio, acabamos de fazer um estudo. Quase 50% deles estão presos ilegalmente: ou foram absolvidos ou tiveram uma pena diferente de prisão. Isso se repete no Brasil.

Por que a situação se repete?

Porque quem é preso no Brasil é preto, pobre, negro, favelado. Corações e mentes não se mobilizam pela questão penitenciária. Quando um político diz que a violência está contida nos muros, o que está dizendo é: “Não nos preocupemos; se eles se matarem o problema é deles”. Nunca a violência está contida dentro dos muros. Quando ela chega a esses níveis insuportáveis, transborda dos muros.

Qual é a segunda causa da superlotação?

Um número enorme já tem direito a benefícios. Mas eles não são concedidos porque esses presos não têm defesa adequada. Em alguns Estados, levantamentos mostram que 50% teriam direito a livramento condicional. Essa máquina não funciona e é perversa: joga para dentro com muita facilidade e tem um funil estreitíssimo do outro lado.

Construir prisões adianta?

A primeira coisa é resolver o estrangulamento do sistema penitenciário, que acontece na entrada e na saída. Para isso, não é preciso fazer novas unidades.

A sra. comandou sistema penitenciário do Rio nos anos 1990. A situação hoje é pior?

Piorou muito porque o número de presos triplicou nos últimos 15 anos no Brasil. E o de presos condenados por tráfico triplicou em cinco anos. É o pequeno traficante, que não tem poder na estrutura do tráfico e é facilmente substituído. Estamos enxugando gelo.

E a legislação?

Ela diz que o usuário não é mais penalizado com prisão. Mas se for negro e morar na favela, mesmo que seja encontrado com pequena quantidade, vai para a cadeia.

Os EUA estão começando a legalizar a maconha porque estão se dando conta de que estão enxugando gelo. E ficamos repetindo que vamos resolver os nossos problemas através de uma guerra de drogas. Na verdade, é uma guerra à pobreza, porque quem é preso e morto são os pobres.

CONTINUA

11 JAN 2014
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como a sra. avalia a questão das facções nos presídios?

Quando se trata pessoas com tanta brutalidade e desumanidade, elas respondem violentamente. Em São Paulo há unidades onde as mulheres ainda usam miolo de pão como absorvente higiênico.

Qual é a questão de fundo que faz o problema persistir?

Ele persiste há tanto tempo porque nossa sociedade é profundamente hierarquizada. Há cidadãos de primeira, segunda, terceira classe e os não cidadãos — pessoas sem voz e consideradas sem direito.

É uma sociedade em que quem tem poder está preocupado com o seu próprio umbigo. As pessoas que vão para as cadeias e são vítimas da violência policial são pobres, não têm nenhum poder. Essas crianças mortas na favela quando a polícia entra atirando... Imagina se morassem em Ipanema ou Leblon!

O que o governo deveria fazer no Maranhão? Intervenção?

Mais importante é mandar um grupo de juizes e promotores. É preciso ter mutirões, forças-tarefas permanentes. É claro que em momentos trágicos, como esse, é preciso entrar, mostrar autoridade, recolher as armas e impedir que os presos se matem.

Fazer intervenção no Maranhão sem que se cuide da gangrena que é o funcionamento do sistema de justiça criminal não adianta nada.

1 1 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Visitante entra sem ser revistado em cadeia palco de mortes no Maranhão

Sem se identificar, repórteres da Folha ingressam no complexo de Pedrinhas com celulares

Casa de Detenção teve rebelião com dez mortos em outubro; governo diz que vai investigar falha

JULIANA COISSI
MARLENE BERGAMO
ENVIADAS ESPECIAIS A SÃO LUÍS (MA)

A crise sem precedentes no sistema penitenciário do Maranhão não foi suficiente para reverter a frágil segurança na entrada e saída do complexo de Pedrinhas, em São Luís, onde 62 pessoas foram assassinadas desde 2013.

Ontem, a reportagem da **Folha** entrou sem ser incomodada na Casa de Detenção, uma das principais unidades do conjunto de cadeias maranhense.

O presídio foi palco, em outubro passado, de uma rebelião com dez mortos e dezenas de feridos, que resultou, entre outras consequências, no envio da Força Nacional de Segurança ao Estado.

A chegada dos jornalistas à portaria da Casa de Detenção ocorreu ao lado de um grupo de religiosos, que participariam de um culto evangélico pouco depois.

Na portaria, um pedido a todos feito pelo responsável pelo local: "Celulares e RGs aqui [na mesa], por favor".

Repórter e repórter-fotográfica, que entraram na unidade sem se identificar como

jornalistas, entregaram os documentos, mas deixaram os celulares nos bolsos.

Ultrapassada a portaria, nos 20 minutos seguintes a **Folha** circulou livremente pelos pavilhões, conversou com detentos, leu anotações pessoais e registrou parte da cerimônia religiosa.

Em nenhum momento, os visitantes foram revistados, submetidos a detectores de metais ou a qualquer outro procedimento padrão de segurança em penitenciárias.

Após o início da crise em Pedrinhas, uma operação policial apreendeu um arsenal com cerca de 300 armas no interior do complexo.

Com os detentos, foram achados facas, facões, estiletes e até um vergalhão com a ponta raspada, que funcionava como uma lança.

Também foram recolhidos 42 celulares, além de drogas.

Após os recentes motins, a Casa de Detenção transferiu alguns presos. Hoje abriga cerca de 200 homens, a metade de sua capacidade.

No corredor rumo aos pavilhões, a impressão é de uma cadeia que tenta se reerguer.

Alguns presos circulam em meio a agentes penitenciários. Outros estão trancados em celas com cinco pessoas.

Mais à frente, o culto improvisado ocorre no pátio de visitas do pavilhão F. A partir desta semana, pastores

lançaram o projeto Ore Pedrinhas, com celebrações para apoio espiritual aos detidos.

Na unidade vizinha do mesmo complexo, o CDP (Centro de Detenção Provisória), três presos foram decapitados em rebelião em dezembro do ano passado.

As rebeliões deixaram marcas não apenas na estrutura física. Presos que assistiram cenas de barbárie nos motins buscam apoio na religião.

"Estou até em depressão com essas mortes", diz um detento, sem se identificar.

A reportagem o encontrou com a Bíblia nas mãos, sentado no chão da Casa de Oração, o templo que ficou intacto. Ao lado, o livro "Eu Deveria Estar Morto", do ex-presidiário e hoje pastor norte-americano Damien Jackson.

O preso disse que, em dois anos, testemunhou duas rebeliões. "A primeira foi só quebra-quebra. Na segunda [em outubro], carreguei muita pessoa morta, esfaqueada, baleada, com perna e braço quebrados."

CONTINUA

11 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MÉDIDAS

- 1 Criação de comitê com órgãos estaduais e federais para conter a crise
- 2 Remoção de presos perigosos para presídios federais
- 3 Mutirão da Defensoria Pública para acelerar a análise de processos de presos
- 4 Auxílio da Força Nacional
- 5 Plano para identificar presos e facções e coibir o uso de celulares nos presídios
- 6 Construção de unidades prisionais
- 7 Criar núcleo de atendimento para famílias de presos
- 8 Destinar verbas para atendimento médico de presos
- 9 Capacitação e apoio aos policiais
- 10 Implementar penas alternativas em parceria com o governo federal
- 11 Mutirão para promover a integração do Ministério Público com o Judiciário

11 MEDIDAS CONTRA O CAOS

Governadora do Maranhão e ministro da Justiça anunciam ações contra a crise no Estado



Detentos no complexo prisional de Pedrinhas, no Maranhão

CONTRAPONTO

- 1 O grupo anunciado se reuniu pela primeira vez ontem
- 2 Presos voltariam "piores" após a transferência, segundo secretário do governo do MA
- 3 O Maranhão tem apenas sete defensores públicos atuando na área de execuções penais
- 4 A Força Nacional já está no Estado desde outubro passado
- 5 Buscas por celulares e armas vêm sendo feitas em Pedrinhas desde o ano passado
- 6 Em outubro, Roseana já havia anunciado que construiria 11 presídios em seis meses
- 7 O governo não detalhou prazos e investimentos previstos para essa ação
- 8 Ministério da Justiça aponta que o MA tem apenas nove médicos no sistema penitenciário
- 9 O governo elenca como ação emergencial uma política elementar
- 10 Governo federal prevê destinar apenas R\$ 12 milhões para essa finalidade no país todo
- 11 Relatório feito após visita de juízes e promotores a Pedrinhas foi criticado pelo governo do MA

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

11 JAN 2014

>OUTRO LADO<

Governo diz que vai apurar falhas de controle em presídio

O governo do Estado do Maranhão informou ontem que a a Sejap [Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária] abrirá um procedimento para apurar as falhas no controle na entrada do complexo prisional de Pedrinhas, em São Luís.

As cadeias de Pedrinhas formam o maior complexo para presos do Maranhão.

Segundo a assessoria de imprensa da gestão, o procedimento padrão permite que apenas "autoridades públicas e pessoas devidamente cadastradas" possam ingressar no conjunto de cadeias sem passar por revista.

Ainda de acordo com o governo do Estado, esses procedimentos de segurança estão especificados em portaria que disciplina o acesso ao complexo penitenciário.

"Quanto à entrada da reportagem sem a devida identificação e revista, inclusive tendo se deslocado com dois telefones até a área do pavilhão, a Sejap realizará procedimento administrativo de investigação", informou a Secretaria de Comunicação do Maranhão.

A segurança dos presídios do MA tem sido feita pela PM e pela Força Nacional.

RECURSOS FEDERAIS ESTADO TEVE O MENOR REPASSE PARA PRISÕES

O Maranhão foi o Estado que menos recebeu recursos do Ministério da Justiça para reformar, ampliar e construir prisões nos últimos dois anos. De R\$ 1,2 bilhão repassado desde 2011, levou menos de 0,6% (R\$ 7 milhões). A pasta diz que a verba depende da aprovação de projetos apresentados pelos governos locais.

11 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

OAB

O Conselho Federal da OAB rechaça a informação divulgada pelo Painei ("Poder", 8/1) de que "nãõ tem dado um pio sobre a barbãrie nas prisões do Maranhãõ". A Ordem dos Advogados do Brasil é protagonista das críticas e das ações de enfrentamento da situação do presídio de Pedrinhas, em São Luís (MA).

Em outubro, a OAB ingressou na Comissão de Direitos Humanos da OEA denunciando as condições do presídio após uma visita da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhãõ em outubro. A OEA atendeu ao pedido e determinou que o governo cumprisse uma sãrie de medidas para garantir a integridade dos detentos, informação noticiada pelo Painei em 24 de dezembro.

LAURO ROCHA, chefe da assessoria de imprensa do Conselho Federal da OAB (Brasília, DF)

RESPOSTA DO JORNALISTA BERNARDO MELLO FRANCO - A coluna noticiou o silãncio do presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Coãlho, ex-advogado da governadora Roseana Sarney. Ele decidiu se pronunciar sobre a grave crise no Estado após a publicação da nota.

Direitos humanos

ã É inacreditãvel que um desembargador como Rogãrio Medeiros Garcia de Lima (Painei do Leitor, ontem) sugira a criaãõ de um programa social — "Adote um Preso" — com tal cinismo e prepotãncia. Sãõ pessoas com tal poder que decidem o destino de pessoas como as que estãõ no presídio de Pedrinhas. Esse, sim, se acha um admirãvel justiceiro.

SUELY NIETO RIGHETTI, advogada (São Paulo, SP)

1 1 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

Apartheids no país da Copa

Desta vez não foi preciso esperar junho. Dois acontecimentos de tonalidades quase opostas, no início de ano futebolístico, tiveram o dom de mostrar ao mundo a formação estamental brasileira sob o manto da suposta igualdade civil. Refiro-me à retomada dos irônicos “rolezinhos” em shoppings de São Paulo e ao macabro vídeo das decapitações no Maranhão.

O sentido ideológico das manifestações dos jovens da periferia nos centros de compras paulistanos é difícil de precisar. Como fica claro em entrevista do antropólogo Alexandre Barbosa Pereira (brasil.elpais.com), elas contêm profunda ambiguidade. De um lado, ao contestar a falta de áreas de lazer e a exclusividade de espaços semipúblicos para quem tem dinheiro, trazem demanda igualitária. Por outro, ao expressar fascínio pelo universo da mercadoria, ajudam a reproduzir a desigualdade contestada.

Mas, ao menos numa dimensão, o movimento juvenil em torno dos locais de consumo traz recado claro e insofismável. As meninas e meninos estão dizendo: “Nós existimos e queremos ter o direito pleno a participar desta sociedade, seja ela como for”. Convencidos, por bons motivos, de que a vida social gira em torno da mercadoria, a garotada periférica se organizou para afirmar que não admite mais ser excluída desse círculo.

Embora quase impossível, se abstrairmos o que há de monstruoso na ação dos detentos maranhenses, há também ali um grito de desespero, uma maneira cruel e sanguinária de dizer que não é possível viver naquela situação excluída por completo do cânone civilizado. Celas com 13 presos em espaço onde caberiam apenas quatro. Galinha crua como refeição. Cheiro nauseante de fezes, urina e comida estragada. Foram tais amostras superficiais do inferno penitenciário que a **Folha** colheu em presídio de São Luís análogo ao do horrendo filme.

A organização dos presidiários em bandos que, na prática, controlam o cotidiano da prisão é a consequência óbvia de tais condições. Sociedade de massas com um dos mais altos índices de detentos do planeta, o Brasil gera, quase que de maneira automática, redes criminosas que, uma vez formadas, funcionam como pequenos Estados dentro do Estado. O problema é que são Estados tirânicos, onde a lei é simplesmente a do mais forte.

Tanto os “rolezinhos” paulistanos quanto as cabeças cortadas de Pedrinhas estão a lembrar a tarefa que o país da Copa do Mundo ainda tem diante de si: incluir, integrar, dar acesso universal aos benefícios que já foi capaz de produzir para uma parte da população. Esvaziar presídios e encher praças vai exigir de nós bem mais do que terminar os estádios a tempo.

11 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Janot pede ao STF para ter acesso a depoimentos sobre caso Siemens

DE BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para ter acesso aos depoimentos sigilosos do inquérito da Siemens, que investiga a existência de um cartel que atuava no Metrô e na CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e teria a participação de integrantes do PSDB.

Só após obter os documentos o procurador decidirá se pede o arquivamento ou a continuidade das investigações.

O material não foi entregue a Janot pois o inquérito foi fra-

cionado antes de ser enviado ao Supremo. No despacho que definiu o envio do processo ao STF, o juiz substituto da 6ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo Marcelo Cavali disse que só remeteria os depoimentos à corte quando um relator para o caso fosse escolhido.

O problema é que, tão logo o inquérito foi entregue ao ministro Marco Aurélio Mello, relator do caso, ele foi despachado para o Ministério Público. Agora o ministro enviará o material a Janot e aguardará seu parecer para saber se arquiva ou se autoriza a investigação.

Justiça concede liberdade a mãe do menino Joaquim

DE RIBEIRÃO PRETO - A Justiça paulista concedeu ontem habeas corpus a Natália Mingo ni Ponte, 29, mãe do menino Joaquim Ponte Marques, 3, encontrado morto em um rio em novembro. Segundo sua defesa, ela deve deixar a penitenciária de Tremembé (147 km de SP) na segunda-feira.

Natália teve a prisão decretada no sábado após ser denunciada pela Promotoria sob acusação de omissão na morte do filho. O padrasto do garoto, Guilherme Raymo Longo, 28, denunciado por suspeita de homicídio e ocultação de cadáver, está preso em Tremembé.

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO
ENTREVISTA JUAN ERNESTO MENDEZ

Brasil abandonou a ideia de recuperação de presos

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE TORTURA,
ELE DIZ ESPERAR
CONVITE LOCAL PARA VISITAR OS
PRESÍDIOS DO MARANHÃO

LEANDRO COLON
DE LONDRES

Em entrevista à **Folha**, o relator especial sobre tortura da ONU, Juan Ernesto Méndez, 69, diz estar disposto a visitar os presídios do Maranhão, inclusive o de Pedrinhas.

“Seria bem útil se o Estado do Maranhão se dirigisse ao Itamaraty para pedir que indique observadores internacionais, facilitaria muito as coisas”, afirmou ele.

Como relator membro do Alto Comissariado para Direitos Humanos, com sede em Genebra, o argentino é a autoridade máxima da ONU sobre os crimes de tortura, principalmente em penitenciárias.

Ele diz que ainda há esperança de reverter o cenário das cadeias brasileiras.

Folha - É a primeira vez que o sr. vê cenas de decapitação?

Juan Ernesto Méndez - Já vi cenas de mortes entre presos, outros crimes, mas é a primeira vez que eu vejo decapitação, o que não significa que não tenha ocorrido. Depois que vi essas terríveis imagens em Pedrinhas, pedi à minha equipe de Genebra que analise o assunto.

“ Temos que ter uma bateria de soluções.

A experiência demonstra que, quanto mais se cria presídios, mais se enche as prisões

“ Há experiências que se pode compartilhar. Não depende de recursos, porque há países que têm sistema penitenciário exemplar e decente e sem dinheiro

O senhor poderia visitar o Maranhão como relator da ONU?

Sim, mas preciso ser convidado, tem que ter um convite específico. Por exemplo, eu pedi que fosse convidado a visitar Guantánamo (EUA), mas me convidaram em condições que não posso aceitar. A visita não pode ser guiada, tenho que visitar todas as partes da prisão, conversar com os presos diretamente. Se não me deixam falar com os presos diretamente, não posso ir, é parte da regra do meu trabalho.

A pressão internacional poderia contribuir para amenizar essa crise?

É sempre útil que observadores internacionais façam essas visitas. Seria bem útil se o Estado do Maranhão se dirigisse ao Itamaraty para pedir que indique observadores internacionais, facilitaria muitas as coisas. Eu estaria disposto a ir ou poderíamos avaliar se iria o subcomitê de Direitos Humanos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 JAN 2014

Na sua função na ONU, tem encontrado situações parecidas em outros países?

Lamentavelmente sim, principalmente na América Latina, onde a situação é: coloca a pessoa presa e fecha a porta. No interior das prisões há muita liberdade e essa liberdade também vira muito caos e descontrole. Em lugares como Honduras, México, Brasil e Venezuela, temos muitos episódios de violência, em alguns casos motins, em outros, entre facções.

Há solução a curto prazo?

Temos que ter uma bateria de soluções. A experiência demonstra que, quanto mais se cria presídios, mais se enche as prisões. É preciso criar medidas de regeneração, baixar as penas, melhorar acesso à liberdade condicional.

O senhor citou medidas para regenerar o preso. É possível a essa altura avançar nesse sentido?

É fundamental e isso faz parte da regra mínima de tratamento dos prisioneiros, da necessidade de restabelecê-los. Muitos países, como o Brasil, abandonaram a ideia de recuperação. Todos deveríamos pensar que é um grande erro abandonar a ideia de recuperação social e moral deles. Há esperança, não podemos perdê-la, senão mais tragédias como essa do Maranhão vão ocorrer.

Temos no Brasil a imagem de que o preso sai pior do que entrou. O senhor concorda?

Exatamente. Creio que a imagem é correta, mas é derrotista pensar que não se pode fazer nada. Há experiências em políticas penais que se pode compartilhar. Não depende de recursos, porque há países que têm sistema penitenciário exemplar e decente e sem dinheiro. Na África, por exemplo, as condições físicas são ruins, mas o tratamento dos presos não é tão mal, há uma boa intenção em relação a eles.



Juan Méndez, relator especial da ONU sobre tortura

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Répteis do Maranhão

MARCELO LEITE

Grupos sob condições extremas, como nos nossos presídios, regridem a estágios morais inferiores?

A GOVERNADORA Roseana Sarney (PMDB) considera inexplicáveis as decapitações na masmorra de Pedrinhas, em São Luís, capital do Maranhão. Problema dela.

No restante do país, a pergunta que perambulou pelos giros e sulcos dos córtices cerebrais foi: como se pode entender que um ser humano chegue a tal ponto de crueldade? De que servem as ciências naturais, se incapazes de oferecer explicações não triviais para o buraco negro que se instalou em Pedrinhas e ameaça sugar tudo à volta em São Luís?

O entusiasta da neurociência contemporânea talvez proteste que ela tem, sim, muitas explicações para fenômenos como esses. Afinal, ela tem explicação para tudo.

Do alicerce ilusório do livre-arbítrio e dos juízos éticos, sempre precedidos por decisões ou reflexos inconscientes, passando pelas razões evolucionistas para preservar no pool genético da espécie alguns genes de propensão para a agressividade e pela sobrevivência de estruturas cerebrais primitivas, até chegar à cumeeira do edifício neodarwinista com “os melhores anjos da nossa natureza” (título do livro de Steven Pinker) e o declínio da violência —nada na mente humana parece escapar à luz que emana da fusão de Darwin com a ressonância nuclear magnética funcional.

E Pedrinhas? Podem-se elucubrar duas vertentes de explicação.

Na primeira, que privilegiaria o plano individual, haveria que buscar na anatomia ou no perfil genético-neuroquímico disfuncionais de cada perpetrador as raízes do comportamento celerado. Esse progra-

ma lombrosiano de pesquisa deu poucos resultados até hoje, pela imensa dificuldade de provar nexos causais entre uma coisa e outra.

Na outra vertente sobressairia o plano coletivo, o da etologia. Grupos de pessoas submetidas a condições propícias, ou extremas (como sem dúvida são as dos presídios nacionais), regrediriam a estágios anteriores do comportamento moral. Uma vez confinados à lógica da violência e da sobrevivência, os prisioneiros ficariam sob o jugo do cérebro, digamos, reptiliano.

Ficou famoso, na história contemporânea da ciência, o Experimento da Prisão de Stanford (em inglês: www.prisonexp.org), capitaneado pelo polêmico Philip G. Zimbardo. Ainda que não tenham alcançado o paroxismo de Pedrinhas, estudantes universitários precisaram de apenas seis dias para se transformar em guardas sádicos, numa simulação da vida em cárcere.

Zimbardo interrompeu a experiência quando as coisas começaram a sair do controle, antes das duas semanas previstas. No Maranhão, 62 mortes não bastaram.

Não tenho dúvida de que há um réptil adormecido em todos nós. É a condição necessária para o que se passa em São Luís. Mas é também insuficiente, parece óbvio, para explicar o nível rastejante em que se encontram os costumes por lá.

Para isso, não há como escapar das ciências sociais e históricas. Pobreza não explica tudo, mas tampouco há de ser coincidência que o

Estado do ex-presidente da República e do Congresso José Sarney tenha o segundo pior IDH do país (0,639). O pior de todos (0,631) está nas Alagoas de Renan Calheiros —o atual presidente do Congresso.

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Na beira do abismo

JANIO DE FREITAS

**Estamos em ano eleitoral,
e a Constituição não
permite a rima de
eleição com intervenção**

SÃO 13 páginas. Foram postadas no último dia 8, na rede interna do Ministério Público Federal. Como formalidade, trata-se apenas do relatório da visita a um presídio. Como retrato de uma situação, equiparase ao que seria descrito sobre uma prisão da SS ou da Gestapo nazistas. Mas descreve o visto no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, em seguida à rebelião e assassinato, ali, de dez presos no dia 9 de outubro de 2013.

O documento também pode ser definido como fundamento de uma das muitas advertências e conseqüentes compromissos —no caso, possivelmente o mais sério— entre autoridades federais e a governadora Roseana Sarney, para urgentes medidas contra o estado criminoso das cadeias maranhenses.

A visita ao complexo prisional de Pedrinhas foi do então integrante do Conselho Nacional do Ministério Público e presidente da Comissão do Sistema Prisional, Mário Luiz Bonsaglia, em comitiva composta por membros auxiliares do CNMP e um representante do Conselho Nacional de Justiça, além de membros do Ministério Público Federal no Maranhão e promotores e juizes estaduais. Comitiva de inequívoca representatividade para o assunto.

A constatação imediata foi de que as condições do presídio, de tão graves, ultrapassavam o problema de direitos humanos, para tornar-se questão de segurança pública, com as projeções externas do horror e do poder criminoso comandados pelos chefes dos bandos. Por

isso à visita ao presídio seguiu-se um encontro com Roseana Sarney, descrito por Bonsaglia na introdução que, agora, repassou o relatório aos seus colegas da Procuradoria da República:

“Na ocasião, levamos essas preocupações e questões à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, numa reunião em seu palácio em que ela anunciou que, a partir de recursos obtidos junto ao BNDES, seriam feitos investimentos substanciais na área, com a construção em seis meses de 11 novos presídios, etc. Ela anunciou também estar disposta a assinar um termo de compromisso envolvendo Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, e Judiciário e Ministério Público locais, tendo por objeto a melhoria das condições prisionais. Essas promessas, todavia, não se materializaram.”

O mesmo episódio de rebelião e assassinatos levou a OAB do Maranhão e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos a formalizarem denúncia à Organização dos Estados Americanos. A OEA, em tais casos, dirige-se ao governo federal, cabendo à ministra Maria do Rosário cobrar iniciativas do governo maranhense. A reação da governadora não foi dirigida ao presídio, mas à ministra, sob a forma de confronto áspero.

Se a essas combinações de cobrança recebida e indiferença governamental juntar-se o que disse o juiz Douglas Martins —“Foram quatro anos de inspeções e vários relatórios do Conselho Nacional de Justiça”, em vão— torna-se inevi-

tável concluir que o problema não é administrativo nem político: é institucional. São instituições legitimamente constituídas para agir pelo Estado de Direito, em âmbito nacional, as desconsideradas pelo governo maranhense. Com já consumado comprometimento de responsabilidades do próprio país em nível internacional.

Por ora, o ministro José Eduardo Cardozo dobra as resistências de Roseana Sarney e consegue uma espécie de intervenção branca, para o tema estrito dos presídios e da segurança pública. Mas, ao se ver na beira do abismo, seria típica de Roseana Sarney uma súbita reação de inflexibilidade contra a posição subalterna, que, além de dissolver sua influência nas próximas eleições, significa o muito provável fim de sua carreira política. E, com ele, o do clã Sarney.

Ao governo federal só restaria um recurso para vencer a resistência de Roseana: buscar o impeachment, para dar resposta às cobranças de foruns internacionais. Contra o PMDB dos Sarney a luta não seria no Maranhão, mas no Congresso. Original, ao menos.

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Troféu macabro

BRASÍLIA - Segundo a governadora Roseana Sarney e seus aliados, o problema do Maranhão é que está "mais rico", tem o 16º PIB do país e cresceu 10,3%, a maior taxa do Nordeste. O Maranhão, porém, disputa com Alagoas o troféu de pior em tudo. Vejamos.

Feudo dos Sarney, o "rico" Maranhão tem a pior renda per capita (R\$ 360) da Federação. Depois vêm Piauí e a onipresente Alagoas.

O efeito óbvio é no IDH estadual, que mede o desenvolvimento humano e o bem estar das pessoas. Aí, Alagoas "vence" e fica em último. Maranhão, em penúltimo.

Em número de miseráveis, Maranhão e Alagoas se alternam no primeiro e no segundo lugar. Pelo PNUD, a taxa de pobreza extrema no Maranhão é de 22,5%.

Saneamento e educação: 96% das casas do Maranhão não têm saneamento decente e quase um quinto dos maranhenses acima de 15 anos não sabem ler nem escrever.

E o desastre nos testes de aprendizado? Pelo Pisa, programa internacional de avaliação de estudantes, o Maranhão ficou em penúltimo em leitura, matemática e ciências, as três áreas consideradas, e só não tirou o troféu de pior do país porque foi "vencido" por Alagoas.

Não custa lembrar que educação e desempenho escolar apontam para o futuro. Ou seja: ruim está, melhor nenhum dos dois vai ficar.

Há uma diferença, entretanto, entre os lanterninhas brasileiros. Alagoas, hoje governado pelo ex-senador e ex-presidente nacional do PSDB Teotonio Vilela, é vítima de oligarquias que fatiaram aquele lindo Estado e que vêm-se alternando no poder desde sempre. Já o Maranhão é propriedade de uma única família há meio século.

Sarney carimbou seu nome em escolas, hospitais, vilas e avenidas, mas isso é só ilustração. O pior foi eleger testas de ferro para o governo: seu médico particular, seu carregador de malas... Todos comem lagosta e caviar. O Estado virou isso.

12 JAN 2014

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

O Maranhão de verdade

ROSEANA SARNEY

O Maranhão nunca teve tradição de violência. A conexão entre gangues espalhou pelo país o padrão de violência que vemos hoje.

Os brasileiros conhecem a realidade do sistema carcerário nacional. Rebeliões e violência ocorrem, infelizmente, em vários presídios de diversos Estados.

São muitas as causas dos problemas do sistema prisional, alguns dos quais acabam por agredir de forma dramática a paz e a tranquilidade da família brasileira. Os Estados, sem exceção, sofrem com um modelo centralizador e burocrático.

Além disso, a vinculação de recursos orçamentários restringe a distribuição equilibrada da receita corrente líquida para atender as demandas setoriais. Em média, no país, o gasto com pessoal está em torno de 45% do orçamento; a educação fica com 25%; saúde, com 12%; o pagamento da dívida, com 13%.

Somados, esses percentuais alcançam 95% da receita estadual. Sobram apenas 5% para outras obrigações, como custeio da máquina, segurança pública, infraestrutura, programas sociais, agricultura etc.

Para piorar, temos o problema das drogas, que é a principal causa da violência: para financiar o tráfico e o consumo, mata-se e rouba-se.

O Maranhão nunca teve tradição de violência. Quando deixei o governo em 2002, éramos o Estado menos violento do país. A expansão do crime organizado pelo território nacional, apoiado na exploração do tráfico de drogas, criou conexões entre gangues e grupos criminosos, espalhando pelo país o padrão de violência que vemos hoje.

Os indicadores do Maranhão avançam. Hoje, somos o 16º PIB brasileiro; em 2011, último dado do IBGE, o PIB real cresceu 10,3%, enquanto o PIB do Brasil ficou em 2,7%; fomos o primeiro no Nordeste e o quinto no país; a renda per capita alcançou R\$ 7.852,71. Investimentos públicos e privados estão mudando a economia maranhense.

Na educação, a média das escolas foi elevada de 478,75, em 2011, para 481,37 em 2012, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com o resultado, o Maranhão subiu três posições no ranking do Enem.

Estamos executando um dos maiores programas de saúde no Brasil, com a construção de dez unidades de pronto atendimento e 72 hospitais. Novas adutoras, redes de distribuição e estações de tratamento estão sendo implantadas para aumentar a cobertura da população em saneamento básico.

Na segurança pública, com recursos próprios, são R\$ 131 milhões para construção de sete novos presídios, recuperação e reaparelhamento do sistema carcerário, compra de armamento, veículos, detectores de metal, esteiras de raio-x e estações de rádio. Até o dia 15 de fevereiro, 2.401 novos policiais aumentarão o nosso contingente. Até agora, 418 vagas foram criadas nos presídios maranhenses. Esse número será duplicado nos próximos seis meses.

Não aceito e não compactuo com a violência. O respeito aos direitos humanos e à integridade física dos cidadãos está acima de tudo. Nenhum órgão de defesa do cidadão apresentou denúncia de ameaça a familiares de presos.

O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie. Determinei rigorosa apuração dos fatos e punição exemplar aos responsáveis. A morte da menina Ana Clara, de seis anos, ficará em nossas lembranças para sempre.

Somente com a união do Executivo, Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público será possível vencer essa dura batalha. Na última quinta-feira, recebi o ministro da Justiça e representantes dos três Poderes.

Já iniciamos um grande plano de ação com 11 itens que contemplam medidas como mutirão das defensorias, transferência de presos e núcleos de atendimento, além de capacitação do policial. São medidas que solucionarão o problema carcerário do Estado.

Somos um Estado de povo trabalhador, que tem orgulho de sua terra e de sua tradição. Com o nosso esforço e a ajuda de todos, vamos vencer essas dificuldades.

ROSEANA SARNEY, 60, socióloga pela Universidade de Brasília, é governadora do Maranhão pelo PMDB

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

Lagosta A família Sarney comemorou o Ano-Novo com uma grande festa na residência oficial de veraneio do governo do Maranhão. A casa é a mesma que receberia encomenda de 80 kg de lagosta fresca às custas do Estado.



Champanhe Além de reunir o clã, Roseana Sarney (PMDB) convidou empresários e socialites para brindar o Réveillon. Entre eles, Luiz Carlos Cantanhede, cuja empresa recebeu R\$ 7,6 milhões em 2013 para ajudar a gerir os presídios maranhenses.

Discurso Perto da meia-noite, o patriarca José Sarney (PMDB-AP) fez a saudação de Ano-Novo. Segundo o jornal da família, o senador “leu trechos da Bíblia e fez prece por dias melhores para o Maranhão, para o Brasil e para toda a Humanidade.”

Filósofo De acordo com a coluna social do jornal “O Estado do Maranhão”, as palavras do ex-presidente tiveram “a força das lições que ficam e que se vão, sopradas pelos ventos constantes, mas que devem nos fazer refletir.”

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

TSE limita

investigação

dos crimes

eleitorais

Procuradores e delegados terão de pedir autorização expressa de juiz

Para Ministério Público e PF, juízes estarão sobrecarregados nas eleições e nova regra atrasará investigações

As vésperas do início da campanha política, procuradores e delegados estão proibidos de apurar denúncias de crimes eleitorais sem autorização expressa de um juiz.

Na última sessão de dezembro, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou uma resolução que manteve a proibição para a Polícia Federal, que nunca pôde agir por conta própria, e a estendeu à Procuradoria.

A resolução de 2010 do TSE dizia que o "inquérito policial eleitoral somente será instaurado mediante requisição do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral, salvo a hipótese de prisão em flagrante".

Agora, o novo texto não prevê mais a autonomia do Ministério Público e diz que a PF "exercerá a função de polícia judiciária em matéria eleitoral, limitada às instruções e requisições dos tribunais e Juízes Eleitorais".

Assim, policiais e procuradores deverão pedir autorização a um juiz eleitoral para abrir inquéritos sobre compra de votos, por exemplo, e

“ Num estado de direito não é admissível que haja investigações de gaveta

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI
ministro do STF e do TSE

Não admito cortar as asas do Ministério Público

EUGÊNIO ARAGÃO
vice-procurador-geral eleitoral

só podem agir de modo autônomo em flagrantes. Atualmente, delegados e procuradores podem iniciar investigações de crimes comuns.

PF e Ministério Público alegam que juízes eleitorais estarão sobrecarregados durante as eleições e que a nova regra atrasará investigações.

"Não admito cortar as asas do Ministério Público, que já atuava no sentido de requisitar inquérito", disse o vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, favorável a estender a prerrogativa à PF.

"Isso é uma forma de reduzir a nossa capacidade de dar resposta à criminalidade", disse Aragão, que considera a resolução inconstitucional.

Apesar de já ter sido publicada e estar valendo para essas eleições, trata-se de uma decisão administrativa que pode ser alterada a qualquer momento. Aragão diz que a Procuradoria Geral da República pedirá reconsideração "o mais rápido possível".

GAVETA

O texto que muda as regras é do ministro José Antonio Dias Toffoli, que garante que a medida vai dar mais transparência às apurações e evitar nulidades futuras.

"Num estado democrático de direito não é admissível que haja investigações de gaveta, que não sejam públicas. E, para serem públicas, elas são submetidas ao poder judiciário", explica o ministro. Segundo ele, com o despacho do juiz, qualquer pessoa poderá acompanhar o andamento das apurações.

"Fiz a pergunta na audiência sobre qual seria a dificuldade de se fazer o pedido ao juiz eleitoral e a resposta foi nenhuma", disse Toffoli.

Apenas o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, votou contra.

"A PF está suficientemente madura para proceder à investigação criminal nos mesmos moldes do Código de Processo Penal", disse o delegado Célio Jacinto dos Santos durante a audiência.

12 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça reconhece território indígena e constrange Funai

Área indígena em bairro nobre de Brasília pode valer mais de R\$ 146 mi e fica a 15 km do gabinete de Dilma

Enquanto o governo Dilma Rousseff é criticado por índios por problemas em demarcações de terra, a Justiça atravessou a Funai (Fundação Nacional do Índio) e criou uma área indígena em um bairro nobre de Brasília.

O local, agora reconhecido como área tradicional indígena, pode valer mais de R\$ 146 milhões. Fica a 15 km do gabinete de Dilma, no Noroeste —bairro novo, supostamente “ecológico” e alvo de especulação imobiliária.

Publicada em novembro, a decisão constrange a Funai, acusada pelo Ministério Público Federal de ter sido negligente. Segundo a sentença, pareceres que a fundação alega serem contrários à demarcação das terras eram, na verdade, a favor dos índios.

“A Funai já se posicionou pela inexistência da tradicionalidade [na área], entendendo que dizia respeito a problemas de moradia. Os documentos comprovam o contrário, evidenciando a natureza da tradicionalidade da ocupação”, escreveu o juiz federal Paulo Cruz.

NOVELA

A decisão atropela a Funai porque o pedido da procuradoria era apenas para que a fundação montasse um grupo de trabalho para examinar o tema. O juiz foi além e já estabeleceu a área indígena, obrigando a Funai a apenas demarcar os limites da área.

Após mais de cinco anos de polêmica, os índios da comunidade fulni-ô tapuya tiveram reconhecida uma área de

“A Funai já se posicionou pela inexistência da tradicionalidade [na área], entendendo que dizia respeito a problemas de moradia. Os documentos comprovam o contrário

PAULO CRUZ
juiz federal, na decisão em que cria uma área indígena em Brasília

quatro hectares —ou quatro campos de futebol. O uso dessa área já estava suspenso graças a uma decisão provisória da Justiça que impedia a licitação da terra.

A região corresponde a duas quadras comerciais do Noroeste, uma entrequadra e uma avenida. O local pode valer mais de R\$ 146 milhões, se comparado aos preços exigidos pelo governo em licitações de quadras similares.

O local é ocupado pelos índios fulni-ô tapuya desde o fim da década de 1950, quando migraram de Pernambuco para a capital em construção. O jogador Garrincha (1933-1983) é o mais famoso representante dos fulni-ô.

A população indígena no local varia, mas ao menos cinco famílias ocupam a região —uma mata, margeada por prédios em construção.

O boom imobiliário veio só em 2008, quando o DF começou a licitar lotes no Noroeste. O governo faturou quase R\$ 2 bilhões com os terrenos.

O Ministério Público, a Funai e a Terracap, órgão do DF responsável pelas licitações, não comentaram a decisão.

13 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

O ensaio de golpe branco do STF

RICARDO MELO

SEM SER nova na política, a expressão golpe branco tem sido atualizada constantemente. Designa artifícios que, com aura de legalidade, usurpam o poder de quem de fato deveria exercê-lo. Para ficar apenas em acontecimentos recentes: a deposição do presidente Zelaya, em Honduras (2009), e o impeachment do presidente Lugo, no Paraguai (2011). Nos dois casos, invocaram-se “preceitos constitucionais” para fulminar adversários.

O Brasil já teve momentos de golpe branco — a adoção do parlamentarismo em 1961, por exemplo. A intenção era esvaziar “constitucionalmente” João Goulart, enfiando um primeiro-ministro goela abaixo do povo. O plano ruiu temporariamente com o plebiscito de 1962, pró-presidencialismo. A partir de 1964, os escrúpulos foram mandados às favas muito antes do AI-5. Os militares trocaram a caneta pelos fuzis e o resto da história é (quase) sabido.

Hoje a situação não é igual, ainda bem. Mas é inegável que a democracia brasileira vem sendo fustigada pela hipertrofia do papel do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal. Há quem chame isto de judicialização da política. Ou quem sabe ensaio de golpe branco em vários níveis da administração.

Tome-se o ocorrido em São Paulo. A Câmara Municipal, que mal ou bem foi eleita, decidiu aumentar o IPTU. Sem entrar no mérito, o fato é que a proposta contou com os votos inclusive do PMDB — partido ao qual pertence o presidente da Fiesp, garoto propaganda da campanha contra o reajuste. O que fizeram os derrotados? Mobilizaram os eleitores?

Nem pensar. Recorreram a um punhado de desembargadores para derrubar a medida. Até o Tribunal de Contas do Município, que de Judiciário não tem nada, surfou na onda para barrar... corredores de

A democracia brasileira vem sendo fustigada pela hipertrofia do Judiciário, em especial do Supremo

ônibus! Tivesse o TCM a mesma agilidade para eliminar seus próprios descabros e sinecuras, quando não a si mesmo, a população ganharia muito mais.

A decantada independência de poderes virou, de fato, sinônimo de interferência do Poder Judiciário. Tudo soa mais grave quando a expressão máxima deste, o Supremo Tribunal Federal, comporta-se como biruta de aeroporto. Muda de ideia ao sabor de ventos (mais de alguns do que de outros), e não do Direito. Ao mesmo tempo, deixa em plano secundário assuntos eminentemente da competência judiciária — como o quadro de calamidade nos presídios brasileiros.

Os casos do mensalão e semelhantes retratam os desequilíbrios. O mais recente: enquanto o processo dos petistas foi direto ao Supremo, o do cartel tucano, ao que tudo indica, será dividido entre instâncias diferentes. Outro exemplo, entre outros tantos, é a descarada assimetria de tratamento em relação a José Genoíno e Roberto Jefferson.

A coisa chegou ao ponto de pura esculhambação. O presidente do STF, Joaquim Barbosa, vetou recursos do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. Com a empáfia habitual, decretou a prisão imediata do réu, mas não assinou a papelada. E daí? Lá se foi Barbosa de férias, exibindo desprezo absoluto por trâmites pelos quais ele deveria ser o primeiro a zelar. Resultado: o condenado, com prisão decretada, está solto. Mas se era para ficar solto, por que decretar a prisão do modo

que foi feito? Já ações como a AP 477, que pede cadeia para o deputado Paulo Maluf, dormitam desde 2011 nos escaninhos do tribunal.

A destemperança seria apenas folclore não implicasse riscos institucionais presentes e futuros. Reconheça-se que muitas vezes vale tampar o nariz diante deste Congresso, mas entre ele e nenhum parlamento a segunda alternativa é infinitamente pior. Na vida cotidiana, as pessoas costumam se referir a chefes e autoridades como aqueles que “mandam prender e mandam soltar”. No Brasil, se quiser prender alguém, o presidente da República precisa antes providenciar um mandado judicial — sorte nossa! Barbosa dispensa esta etapa: como ele “se acha” a Justiça, manda prender, soltar, demitir, chafurdar, cassar, legislar — sabe-se lá onde isto vai parar, se é que vai parar.

13 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

AÉCIO NEVES

Improviso

A questão prisional no Brasil é um dos centros de gravidade de nossa crise na segurança pública.

Condições subumanas e a crônica má gestão transformaram as prisões em verdadeiras antecâmaras do inferno, espaço para organizações criminosas surgirem e prosperarem.

Trata-se de um problema nacional e a atual crise no Maranhão ilustra a forma improvisada e puramente reativa com o que o governo central age. Não existe visão estratégica ou um plano de ação mais amplo sendo implementado. Basta dizer que quando apresentei proposta proibindo o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário Nacional, devidos aos Estados, o governo simplesmente virou as costas. A verdade é que esse tema merece um grande esforço nacional capaz de criar soluções para impasses que permanecem.

O que queremos de nosso sistema de punições? Trata-se de recuperar, ressocializar ou simplesmente punir? Existe uma grande distância entre a legislação penal, bastante dura em muitos aspectos, a Lei de Execução Penal, com um sem número de recursos que abrem brechas a impunidades, e o sistema prisional. O resultado é que para um grande número de presos a principal culpa é a de serem pobres e contarem com uma defesa adequada de seus direitos.

O Brasil prende muito e prende mal. São 550 mil detentos em um sistema penitenciário falido. O número de encarcerados sem julgamento supera os 35% da população carcerária total. O enfrentamento da questão da segurança talvez seja o que mais exige coragem e inovação por parte dos governantes. Nesse sentido, duas experiências de Minas Gerais podem contribuir para o debate.

As APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados), desenvolvidas em parceria com o Poder Judiciário, são experiência diferenciada. Nela, os detentos trabalham, estudam e cuidam da vigilância dos presídios. O índice de reincidência dos egressos desses presídios é de 10% contra 80% entre os presos que passam pelo sistema prisional convencional.

A experiência da primeira PPP penitenciária no Brasil também é exitosa. No modelo, o custo do investimento na construção e montagem é do parceiro privado, cabendo ao Estado remunerá-lo a partir do funcionamento, em função dos resultados de cerca de 300 itens monitorados.

Os presos estudam, trabalham, têm acomodações decentes. Criar condições para a ressocialização de detentos ultrapassa o respeito aos direitos humanos: é também medida eficaz de defesa da própria população, pois rompe o ciclo vicioso das prisões que devolvem à sociedade novos criminosos.

A segurança é uma das áreas em que gestão e planejamento fazem mais falta ao país.

1 1 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Selvageria nos presídios

*Barbáries acontecem
frequentemente em todo o País
e, por isso, é importante que a
sociedade repense sobre a
verdadeira função
dos presídios*

Os atos de selvageria e barbárie registrados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, chocaram os brasileiros. Impossível alguém não se impressionar com imagens de presos sendo torturados com extrema crueldade e depois sendo mortos, decapitados e tendo suas cabeças exibidas por outros detentos ainda zombando dos cadáveres. Estupros de esposas de presos registrados dentro e fora dos presídios e os ataques a ônibus do transporte coletivo – que mataram uma criança de apenas 6 anos – são outras ações enfrentadas.

O que causa mais estranheza é a demora da resposta do governo do Maranhão para resolver o problema, apesar dos apelos das Organizações das Nações Unidas e do relatório do Conselho Nacional de Justiça. Apenas nesta semana a governadora Roseana Sarney (PMDB) “mostrou-se convencida” das atrocidades ocorridas nas unidades prisionais e justificou que a violência ocorre. “devido ao aumento da riqueza entre os maranhenses”. Uma resposta sem qualquer sentido.

A Procuradoria-Geral da República pediu intervenção federal nos presídios do Estado,

mas ainda não há julgamento do Supremo Tribunal Federal. Até agora alguns detentos teriam sido transferidos para presídios federais (não foram informados nomes e local da transferência) e foi anunciada a

criação de um comitê formado tanto por órgãos maranhenses como federais para tentar conter a crise. Por enquanto, não há quase nenhuma ação efetiva e apenas troca de acusações entre os órgãos envolvidos.

No entanto, esse caso deve levar à reflexão sobre as condições do sistema penitenciário nacional como um todo. Barbáries acontecem frequentemente em todo o País e, por isso, é importante que a sociedade repense sobre a verdadeira função dos presídios. Levantamento feito pela Folha de S. Paulo aponta que um preso morre a cada dois dias em unidades prisionais do Brasil. É um número alto e, apesar de público e notório, reforça a tese de que as cadeias não ajudam na recuperação dos presos. Importante ter em mente que, mesmo privado de sua liberdade, a pessoa continua tendo direito à saúde, à cidadania, à justiça e à segurança, por exemplo. Submeter os detentos a condições sub-humanas só reforçará o caos nos presídios e o fortalecimento das facções criminosas.

1 1 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

Interceptações questionadas

O advogado de defesa do ex-gerente de Desenvolvimento Industrial do Instituto de Desenvolvimento Londrina (Codel) Eduardo Ivan Reale, Jorge Alexandre Karatzios, contestou ontem o método utilizado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na apuração de suposta cobrança de propina para agilização dos processos de doação de áreas públicas para empresários. O inquérito culminou com o indiciamento de nove pessoas, entre as quais está Reale, suspeito de corrupção passiva e formação de quadrilha. Karatzios argumenta que a investigação se baseou principalmente em interceptações telefônicas, mas que há entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que o método só pode ser adotado em último recurso. "Teoricamente, tudo que consta no inquérito já resultaria em nulidade (do processo). As provas são baseadas em 'fala daqui, fala de lá'", diz o advogado. Ele, entretanto, não entrou no mérito da suspeita, uma vez que ainda não havia conversado com Reale sobre a acusação.

Interceptações defendidas

Procurado, o delegado do Gaeco Ernandes César Alves afirmou ontem que as interceptações de comunicação dos suspeitos de envolvimento no suposto caso de propinas na Codel foi a última opção de investigação e sem a qual não teria como chegar aos fatos ou aos autores. "As provas mais robustas foram produzidas devido ao monitoramento. Ninguém iria chegar aqui e dizer que está cometendo crime", disse o delegado. As quebras de sigilos estão sustentadas por autorização judicial, conforme consta nos autos.

Outro lado 1

A FOLHA voltou ontem a procurar os outros indiciados no caso investigado pelo Gaeco. Procurado na sede de sua empresa, a Artlondre, Dorival Pereira estava em reunião e não atendeu a reportagem. Sua secretária, Ana Lúcia Soares, que atendeu as ligações, disse que "não tinha nada a declarar". Ambos foram indiciados por corrupção ativa, corrupção passiva e formação de quadrilha por, supostamente, procurar outros empresários para entrar em contato com Eliana Teixeira Gonzaga Zamboni, além dele próprio ter pago para ser beneficiado, conforme consta no inquérito do Gaeco. Eliana foi indiciada por corrupção passiva e formação de quadrilha, mas seu advogado, Ronan Botelho, nega irregularidades e diz que sua cliente prestava um serviço para obter certidões para os empresários.

Outro lado 2

Também procurado, Albertino Antônio da Silva, da Castofar, disse que estava em viagem a São Paulo e que não tem interesse em dar declarações. Adriano Palácio Bezerra foi procurado na Ativa Displays, mas uma funcionária informou, por telefone, que ele estava em reunião e não poderia atender. Taís Góis Cogo foi procurada nos dois números atribuídos à Cartonagem Vision, mas ninguém atendeu em nenhum dos terminais. Todos foram indiciados por corrupção ativa porque, segundo depoimentos deles ao Gaeco, teriam pago valores para serem beneficiados nos trâmites de doações de áreas públicas. Luiz Carlos Schiavon, da Máquinas Schiavon, disse no dia anterior que procurou Eliana como uma despachante, mas negou qualquer pagamento. Ele também foi indiciado por corrupção ativa. A reportagem não conseguiu entrar em contato com José Hilário, servidor da Codel também indiciado por corrupção passiva no caso.

11 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Marco Aurélio Mello analisará caso Siemens em recesso do STF

Severino Motta

Folhapress

Brasília - O ministro do STF Marco Aurélio Mello recebeu ontem da Procuradoria-Geral da República o inquérito da Siemens que investiga a existência de um cartel que atuava no Metrô e na CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e envolveria integrantes do governo de São Paulo. De acordo com ele, a primeira análise do caso acontecerá ainda durante o recesso do Judiciário.

Entre as medidas iniciais, Marco Aurélio deve promover o desmembramento do processo. Ou seja, enviará para a Justiça de primeira instância as investigações relativas às pessoas citadas nos autos e que não possuem foro privilegiado. Congressistas, por sua vez, seguirão respondendo junto ao STF caso o ministro entenda que há indícios mínimos para a abertura de uma investigação. Caso contrário, pode pedir o arquivamento imediato do processo. Além do desmembramento, Marco Aurélio analisará o caso na intenção de derrubar o segredo de Justiça imposto ao processo. Se encontrar nos autos documentos que revelem a intimidade das pessoas, ele pode separá-los para dar visibilidade às demais partes da investigação. "Não sei porque o caso está sob segredo de Justiça. Isso é até ruim para o investigado, pois muitos ficam a imaginar chifre em cabeça de cavalo, pensam que há coisas pior do que realmente estão ali", disse.

Como está no Rio de Janeiro durante o recesso, o ministro disse que pedirá a seu gabinete que lhe envie o processo para que possa tomar as primeiras decisões no caso já nos próximos dias.

O inquérito relativo à Siemens foi enviado ao Supremo devido a um depoimento sigiloso prestado à Justiça de São Paulo pelo ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer. No depoimento, Rheinheimer citou autoridades com foro, além de secretários do governo de Geraldo Alckmin (PSDB). Entre os citados, têm foro Edson Aparecido (PSDB), chefe da Casa Civil de Alckmin, Rodrigo Garcia (DEM), secretário de Desenvolvimento Econômico, José Aníbal (PSDB), secretário de Energia, todos deputados licenciados, além do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Eles negam as acusações. Aníbal é citado pelo ex-executivo da Siemens como alguém que tinha "estreito relacionamento" com Arthur Teixeira, lobista que foi indiciado duas vezes pela Polícia Federal sob suspeita de repassar recursos da Siemens e Alstom para políticos.

1 1 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Lusa consegue liminar na Justiça comum e volta à Série A

São Paulo - A 42ª Vara Cível de São Paulo determinou na tarde de ontem que a CBF devolva os quatro pontos retirados da Portuguesa no Campeonato Brasileiro devido à escalação irregular do meia Héverton, contra o Grêmio. A decisão concede uma liminar ao advogado e torcedor da Portuguesa Daniel Neves e foi tomada pelo juiz Marcello do Amaral Perino, o mesmo que havia dado ganho de causa para um flamenguista na manhã de ontem. Com isso, a Portuguesa está de volta à Série A, mas cabe recurso da decisão.

Mestre e doutor em processo civil pela USP e também professor da mesma universidade, Neves deu entrada com a documentação ontem com um pedido especial chamado de "distribuição por dependência", pedindo que o juiz do processo do Flamengo fosse o mesmo para o caso da Portuguesa.

O descumprimento do Estatuto do Torcedor e o Código de Defesa do Consumidor são as bases jurídicas das ações dos torcedores da Portuguesa e também de um inquérito civil aberto pelo Ministério Público de São Paulo na quarta-feira.

A Promotoria do Direito do Consumidor decidiu abrir um inquérito por também entender que houve irregularidade na punição da perda de quatro pontos imposta à Portuguesa. O Estatuto do Torcedor, que determina a necessidade de publicação das punições dos atletas no site da CBF, é superior ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

A confederação e o tribunal têm dez dias para apresentar esclarecimentos. No dia 22, representantes da Portuguesa foram convocados para uma audiência. Se os quatro pontos não forem devolvidos, o MP deve entrar com Ação Civil Pública contra CBF e STJD, ou seja, levar a decisão sobre o rebaixamento para a Justiça.

12 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Pendências

Os tribunais têm até o próximo dia 30 para informar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) os dados finais sobre o cumprimento da Meta 18 de 2013, que estabeleceu prioridade para o julgamento de todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública distribuídos até o final de 2011. Somente após o recebimento dos dados, o CNJ fechará o balanço de 2013. De acordo com os dados disponíveis até o momento, os tribunais cumpriram apenas 54,51% da meta, indicando que parte dos processos que deveriam ser julgados em 2013 ficou para este ano.

Números do Paraná

Em outubro do ano passado, o CNJ dava destaque ao desempenho do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Naquele mês, segundo informações do próprio TJ, o cumprimento da Meta 18 teria atingido 81,65%, mesmo com o maior volume de processos a julgar à época da definição do CNJ: 6.442. Não há informações, contudo, sobre como o TJ, em apenas um ano, saiu do topo do ranking em número de processos acumulados para o melhor desempenho em número de julgados. A Meta 18 foi estabelecida em novembro de 2012 no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ em Aracaju (SE).

13 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA CLAUDIO HUMBERTO

Joaquim pretende mesmo disputar um mandato

Na recepção ao presidente francês François Hollande, que visitava Brasília, autoridades que dividiram a mesa com o presidente do Supremo Tribunal Federal saíram com a certeza de que Joaquim Barbosa é fascinado com a ideia de virar político. Ele deixou claro, sem rodeios, que não sabe se um dia disputará o Palácio do Planalto, mas está louco para ser eleito senador ou governador, no Rio de Janeiro.

Data marcada

Esta coluna já revelou que Joaquim Barbosa não ficará "um único dia" no STF após Ricardo Lewandowski assumir seu lugar, em março.

Prazo é legal

Após abandonar a magistratura, Joaquim Barbosa estará apto a disputar qualquer eleição, já em 2014. Prazo legal, ele terá.

Bem na foto

O Instituto Paraná Pesquisas apurou em dezembro que Joaquim Barbosa está empatado em 2º com Aécio Neves, nas presidenciais.

OPINIAO DO LECTOR

Justiça do Paraná

Conforme notificação do Conselho Nacional de Justiça o desempenho do Judiciário paranaense está muito aquém do esperado: é o quarto pior do País em processos de corrupção e improbidade administrativa. Que vergonha! E mesmo assim estão enfraquecendo o Gaeco (grupo que realmente mostrava serviço). Se essa produtividade, de 25,71%, fosse verificada no setor "privado", no mês seguinte, estariam todos no olho da rua. Entretanto, como não há punição para esse tipo de apatia, o salário continua sendo creditado religiosamente. Então, para que se preocupar, se ninguém recebe por produtividade, non et vero?

WILSON OLIVEIRA TRINDADE (bacharel em Direito) - Londrina

13 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Investigação limitada

Procuradores e delegados estão proibidos de apurar denúncias de crimes eleitorais sem autorização expressa de um juiz. “Na última sessão, em dezembro, o TSE aprovou uma resolução que manteve a proibição para a Polícia Federal, que nunca pôde agir por conta própria, e a estendeu à Procuradoria”, diz a Folha de S. Paulo e outros jornais.

Recadastramento em Campo Largo

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) inicia hoje o recadastramento biométrico dos eleitores de Campo Largo. Ao todo, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2012, a cidade possui pouco mais de 81 mil votantes. Campo Largo é a segunda cidade da Região Metropolitana de Curitiba a realizar a revisão biométrica. A primeira foi Balsa Nova. Todo o processo deve ser concluído até 28 de março.

Pedido extinto

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) homologou o pedido de desistência do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC), Fabio Camargo, de impetrar um mandado de segurança para reverter a decisão liminar que o afastou do cargo em novembro do ano passado. O mandado contra a determinação da desembargadora Regina Portes já havia sido barrado pelo TJ em dezembro.

BEMPARANÁ

Julgamentos

Em 2013, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgou 114.425 processos. Os números de 2013 ultrapassaram em 21.558 o número de processos julgados no ano anterior, que foi de 92.867, o que significa um aumento de 23% nos julgamentos da corte.

13 JAN 2014

PAINEL

TCC

Estudante de graduação, mesmo inadimplente, pode apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ do Mato Grosso.

Responsabilidade

Pai é responsável por agressão feita pelo filho menor de idade, ainda que ele não tenha a guarda do adolescente. A decisão é da 7ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

Ilegal

É ilegal a norma interna do fisco que exige que o contribuinte pague valores parcelados apenas por meio de débito automático em conta bancária. O entendimento é da 1ª Turma do TRF da 4ª Região.

Admirado

O escritório Marins Bertoldi Advogados Associados apareceu, pela segunda vez consecutiva, como um dos mais admirados do Brasil na área de Direito Societário. O resultado é apontado pelo Anuário Advocacia 500, da Análise Editorial, principal publicação do setor jurídico do Brasil, que acaba de lançar sua oitava edição. A pesquisa que avalia o mercado da advocacia constitui o maior banco de dados.

Laudô

Uma empresa não pode ser condenada ao pagamento do adicional de insalubridade sem a apresentação da prova pericial. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

Moradia

O companheiro sobrevivente tem direito real de habitação sobre o imóvel em que o casal residia em união estável. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Direito Sumular

Súmula nº 419 do TST - Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.

Desembarcando no Maranhão

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal chega hoje no estado do Maranhão para visitar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luiz. Na quarta-feira, é a vez da secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, desembarcar na capital maranhense. Maria Tereza, que preside o Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), vai se reunir com a governadora Roseana Sarney (PMDB) para tratar sobre a situação das carceragens dos presídios estaduais do estado.



Chuniti Kawamura/ANPr

Defensoria atende em novo endereço

Defensoria Pública do Paraná atenderá o público em novo endereço, em Curitiba, a partir de hoje. Quem precisar dos serviços oferecidos deve se dirigir à Alameda Doutor Muricy, esquina com a Rua Cruz Machado (atrás da Secretaria de Estado da Cultura), no Centro.

A Defensoria Pública atende pessoas que não podem pagar um advogado e, em Curitiba, oferece assistência jurídica integral e gratuita nas áreas Cível, Família, Infância e Juventude, Criminal e Execução Penal a todos os cidadãos que possuam renda de até três salários mínimos por família.